



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII – GOVERNADOR ANTONIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

ADRIELE MERCIA SOUZA DE ASSIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS, ESCASSEZ HÍDRICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
SEMIÁRIDO: UM ESTUDO COM A GESTÃO PÚBLICA DE UM MUNICÍPIO DO
SERTÃO PARAIBANO**

**PATOS
2019**

ADRIELE MERCIA SOUZA DE ASSIS

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESCASSEZ HÍDRICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO: UM ESTUDO COM A GESTÃO PÚBLICA DE UM MUNICÍPIO DO SERTÃO PARAIBANO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Gestão Pública.

Orientador: Prof. Me. Felipe César da Silva Brito

**PATOS
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do

A848p Assis, Adriele Mercia Souza de.

Políticas públicas, escassez hídrica e economia solidária no semiárido [manuscrito] : um estudo com a gestão pública de um município do sertão paraibano / Adriele Mercia Souza de Assis. - 2019.

69 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em

Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2019.

"Orientação : Prof. Me. Felipe César da Silva

ADRIELE MERCIA SOUZA DE ASSIS

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESCASSEZ HÍDRICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO
SEMIÁRIDO: UM ESTUDO COM A GESTÃO PÚBLICA DE UM MUNICÍPIO DO
SERTÃO PARAIBANO

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Bacharelado em Administração da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Área de concentração: Gestão Pública.

Aprovada em: 07 / 06 / 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Felipe César da Silva Brito (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Francisca Rozângela Lopes de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Lucas Andrade de Moraes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a seu Antonio e dona Luci,
meus amados pais, por todo o incentivo e esforço
em me oferecer uma boa educação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por mais esta conquista. Tenho plena ciência de que sem a Sua doce misericórdia não teria alcançado nenhum dos objetivos concretizados ao longo dos últimos anos. A Ele é a glória de tudo o que sou hoje.

Agradeço aos meus pais. À minha mãe, Luci Moreira, por todo o apoio nessa jornada. Suas renúncias para tornar este sonho real e sua infinita paciência fazem com que eu a ame e a admire ainda mais. Espero herdar da senhora um pouco de sua resiliência e compaixão. Ao meu pai, Antonio Francisco, agradeço por todo suporte e motivação que recebi de sua parte. Muito mais do que minha, essa conquista é de vocês.

Aos meus familiares que sempre torceram por mim, especialmente ao meu irmão Wagner, às minhas tias Nicota e Betinha e ao meu primo Renato Sousa.

Agradeço ao meu orientador Felipe César por toda sua contribuição em minha formação acadêmica e pessoal, bem como na construção deste trabalho. Obrigada por todas as discussões e por ter ajudado a desenvolver meu senso crítico durante esses anos. Agradeço também aos professores Rozângela e Lucas que compuseram minha banca. Suas contribuições foram fundamentais para a qualidade desse estudo.

A todos os professores da UEPB pela dedicação em nos transmitir um pouco daquilo que sabem e por sempre estarem disponíveis para nos ensinar. Agradeço, especialmente, a Ayalla Freire, Eunice Ferreira, Mateus Vieira, Odilon Avelino e Ricardo Marques.

Aos funcionários da UEPB pela constante disponibilidade.

Ao meu grupo de pesquisa. Aprendi demais com nossas discussões. Meu muito obrigado principalmente aos colegas Jacimone Delfino e Ronyelson Martins pelo conhecimento compartilhado.

A turma de administração 2015.1. Vocês são fantásticos(as)! De todo o meu coração agradeço a Mayara Monteiro, um verdadeiro presente que o curso me deu. Sua amizade foi um refúgio nos dias mais angustiantes dessa graduação. Saiba que lhe admiro e lhe desejo todo o sucesso do mundo.

Sou grata a todos os meus colegas, especialmente a Aderivaldo Júnior, e a minha amiga Heloísa Brito. De forma especial agradeço a Vivian Gualberto. Muito obrigada por toda paciência, por todos os conselhos e por toda torcida ao longo dessa jornada. Espero ser capaz de retribuir, ao menos, o mínimo daquilo que recebi da sua parte. Muito mais que uma amiga, és uma irmã para mim e eu a amo.

Por fim, a todos os contribuíram com minha formação: OBRIGADA!

"O problema é político e não natural. Cada área, com as condições naturais características, deve ser explorada de forma que a natureza seja preservada, que a sua exploração seja feita em favor da população que a habita e não dos grupos econômicos e políticos que a controlam".

Manoel Correia de Andrade (1993)

RESUMO

Durante décadas, o semiárido brasileiro tem sido alvo de estereótipos que o associam à imagem de miséria e pobreza, os quais, geralmente, são criados em função dos longos períodos de estiagem que esta região enfrenta constantemente. Assim, no último século, o fenômeno da seca estimulou as autoridades governamentais a elaborarem políticas públicas de enfrentamento ao clima semiárido. Contudo, tais ações podem ser consideradas ineficientes a longo prazo, uma vez que, o clima não é um fator que se combate, mas que se convive. Dessa forma, nos últimos anos, surgiu um forte movimento de organizações que propõem políticas que fomentem a população a conviver com o clima do sertão nordestino, aproveitando as suas riquezas para o fortalecimento e desenvolvimento econômico da região. Sendo assim, utilizando-se de uma metodologia qualitativa, do tipo descritiva, e apoiando-se em um estudo de caso, esta pesquisa objetivou avaliar as ações desenvolvidas pela gestão pública de um município do sertão paraibano para o enfrentamento à seca e para convivência com o semiárido, considerando a economia solidária como uma possibilidade. Nesse sentido, vale destacar que a economia solidária propõe uma alternativa de produção ao sistema capitalista, na qual os empreendimentos que se adequam a sua concepção, serão regidos por princípios como a autogestão e a solidariedade. O município em questão foi escolhido, tendo em vista que o mesmo é um dos pontos estratégicos do Projeto de Integração do Rio São Francisco, o qual é, atualmente, a maior obra de infraestrutura hídrica brasileira. Assim, verificou-se que a gestão pública municipal tem implementado diversas políticas de enfrentamento, as quais têm sido fundamentais para o abastecimento hídrico da população, bem como para o fomento à produção agropecuária da cidade. Contudo, no que se refere às políticas de convivência e, especificamente, à economia solidária, observou-se que os gestores se equivocam naquilo consideram como seu conceito. Estes acreditam que a economia solidária é sinônimo de fortalecimento econômico municipal, o qual, segundo eles, pode ser alcançado por meio do fomento ao empreendedorismo local e de projetos de desenvolvimento territorial. Portanto, foi possível concluir que a economia solidária ainda não é tida como uma estratégia de convivência com o semiárido pela gestão da cidade analisada por este estudo e que, atualmente, em função do longo período de estiagem que a região tem passado, a equipe administrativa do governo tem focado suas ações no desenvolvimento de políticas de enfrentamento, a fim de solucionar o principal problema da população que é a escassez hídrica.

Palavras-chave: políticas públicas; semiárido; economia solidária; Paraíba.

ABSTRACT

Throughout decades, the Brazilian semiarid has been the target of stereotypes which have been connecting it with images of misery and poverty, which are generally created due to the long periods of droughts constantly faced by this region. Thereby, during the last century, the drought phenomenon stimulated the governmental authorities to elaborate public policies in order to face the semiarid climate. However, such actions can be considered inefficient in the long term, since climate is not a factor to be fought, but to learn to live with. Thus, in the last years, a strong movement of organizations that proposes policies which encourage the population to coexist with the northeastern backlands climate emerged, taking advantages of its abundance aiming to strengthen and economically develop the region. Therefore, using a qualitative methodology, of a descriptive type, and having a case study as a starting point, this research aimed to evaluate the actions developed by the public management of a municipality in the Backlands of Paraíba to face drought and to live with the semi-arid region, taking into account the solidarity economy as a possibility. In this regard, it is worth noting that the solidarity economy proposes an alternative of production to the capitalist system, in which the entrepreneurships that suit its conception will be ruled by principles like self-management and solidarity. This municipality was chosen taking into consideration that it is one of the strategic points of Integration São Francisco River Project, which is, currently, the biggest Brazilian hydric Project. Thus, it was verified that the public administration has implemented various policies of confrontation, which has been fundamental to the population water supply as well as the promotion of the agricultural production of the city. However, regarding to policies of coexistence and, specifically, to the solidarity economy, it was observed that the managers mistaken its concept. They believe the solidarity economy is synonymous of the city economic strength, which is, according to them, fulfilled through the promotion of local entrepreneurship and territorial development projects. Therefore, it was possible to conclude that the solidarity economy it is not yet considered a semiarid coexistence strategy by the administration of the city analyzed in this review and that, currently due to the long drought seasons, the administrative team has focused its actions on the development of policies of confrontation, in order to solve the main problem of the population which is the water shortage.

Key words: public policies; semiarid; solidarity economy; Paraíba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Trajetória das políticas públicas de enfrentamento à seca no Nordeste	21
Quadro 2 – Tipos de políticas públicas	27
Figura 1 - Ciclo de políticas públicas	29
Quadro 3 – Definição das etapas do ciclo de políticas públicas	30
Quadro 4 – Gestão pública e políticas públicas	31
Quadro 5 – Economia Solidária	36
Figura 2 – Localização da microrregião de Cajazeiras - PB no mapa da Paraíba	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 A questão hídrica no Nordeste.....	18
2.2 O Projeto de Integração do Rio São Francisco.....	23
2.3 Gestão pública, bem-estar social e políticas públicas.....	25
2.4 Economia solidária	33
3 METODOLOGIA.....	40
3.1 Tipo de pesquisa	40
3.2 Universo de análise.....	40
3.3 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados	41
3.4 Tratamento e análise de dados.....	42
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
4.1 Políticas municipais de combate à seca.....	44
4.2 Os efeitos das políticas de enfrentamento à seca no desenvolvimento socioeconômico e ambiental do município	46
4.3 As políticas de convivência com o semiárido e a economia solidária no município	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA I.....	66
APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA II.....	68

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo avaliar as ações desenvolvidas pela gestão pública de um município do sertão paraibano para o enfrentamento à seca e para a convivência com o semiárido, considerando a economia solidária como uma possível alternativa.

Nesse sentido, pretende-se analisar as ações da gestão municipal no desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à economia solidária nesses espaços. Nos tópicos que se seguem, serão apresentados o contexto no qual se realiza a pesquisa e o problema proposto. Além disso, serão esclarecidos o objetivo geral e os específicos do estudo, bem como a justificativa para a sua produção.

Inicialmente, é importante ressaltar que o semiárido brasileiro é uma região que enfrenta períodos secos com frequência. A seca pode ser descrita como um fenômeno natural que ocorre, especialmente, em áreas que apresentam ecossistemas frágeis, os quais são marcados por processos hidro climáticos e geológicos específicos (SILVA; NOBRE, 2016). Dentre suas principais características, os autores citam a redução e a irregularidade das precipitações pluviométricas.

No entanto, convém ressaltar que existem dois tipos de seca no Nordeste: a anual, que corresponde ao longo ciclo de estio entre os períodos chuvosos e que dura cerca de oito meses; e a periódica, a qual equivale ao estado de permanência da estiagem, durante a estação, geralmente, pluviosa e que costuma se estender por aproximadamente quatro anos (ANDRADE, 1993).

Assim, mesmo após décadas, ainda prevalece a percepção de que a condição climática do semiárido nordestino é tida como o fator preponderante a sua estagnação econômica e aos baixos níveis de desenvolvimento. Todavia, tal conjuntura pode ser interpretada como um reflexo do modo pelo qual as políticas públicas foram implementadas nesse espaço, com maior enfoque no combate à seca e não na convivência com o bioma.

Baptista e Campos (2013, p.53) confirmam esta concepção. Para eles, a política básica desenvolvida em função do Semiárido vem sendo fundamentada na ideia de combate à seca, através de ferramentas “como os carros-pipa, a escavação de açudes em terras dos mais ricos”, fortalecendo, assim, a indústria da seca e criando a “concentração da terra, da água, do saber, do poder e o aumento crescente da fome e da miséria no Semiárido”.

Dessa forma, as grandes oligarquias contribuíram, significativamente, para manutenção dos problemas socioeconômicos do Nordeste, uma vez que, ao se apossar de

grandes lotes de terra, os latifundiários atribuíam a miséria e a fome ao clima semiárido, a fim de justificar as segregações social e econômica que se intensificaram ao longo dos anos (CRISPIM, *et. al*, 2016).

O Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), por sua vez, surge na lógica de enfrentamento. Como sendo uma proposta antiga, o PISF é justificado em função da sua possibilidade de garantia hídrica para o abastecimento humano e animal no território receptor. Convém mencionar que, apesar de sua importância, o projeto levanta diversas polêmicas entre aqueles que o consideram uma solução e os que o enxergam como um problema (CARDOSO JÚNIOR, 2010).

Contudo, o discurso de “acabar com a seca” está ultrapassado (MALVEZZI, 2007). Cabe observar, nesse sentido, que a região semiárida do Nordeste é a mais chuvosa do mundo e que, com a utilização de tecnologias adequadas, e com o desenvolvimento de políticas que beneficiem a população, é viável que se viva dignamente nesse espaço (SILVA; NOBRE, 2016; ANDRADE, 1993).

É com esse intuito que a concepção de convivência com a seca surge. Esta, por sua vez, significa, para Cunha e Paulino (2014), uma crítica às formas de percepção e de interação com o território do semiárido. Conviver com a semiaridez quer dizer viver, produzir e se desenvolver em uma lógica que valoriza a partilha, a equidade e a justiça, atentando-se à conservação da natureza (BAPTISTA; CAMPOS, 2013), a fim de atingir o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, uma estratégia para que a população residente na região do semiárido brasileiro possa conviver com a seca é o emprego da economia solidária como um novo meio de produção. Raposo (2014, p.29) afirma que a lógica solidária se baseia em valores democráticos, de reciprocidade e de igualdade. A autora ressalta que tais princípios criam um processo de desenvolvimento territorial sustentável diversificado, mediante a adoção de “práticas coletivas de produção, comercialização, consumo e crédito”.

Desse modo, a economia solidária trata-se de uma forma de organização econômica que favorece o avanço da civilização a partir de duas maneiras: a primeira consiste em uma lógica produtiva sustentável a longo prazo, a qual se caracteriza pela eliminação dos atravessadores e, como consequência, pela redução dos custos de produção; e a segunda consiste em um novo modelo de relacionamento humano (LISBOA, 2005).

Entretanto, é relevante mencionar que a criação de políticas públicas capazes de fortalecer a lógica solidária é fundamental para que a população venha desfrutar dos seus benefícios, especialmente na região Nordeste. Nesse sentido, Rosa (2013) afirma que, ao

passo que esse conceito se fortifica no corpo social, os governos têm se engajado em desenvolver planos e programas que consolidem os empreendimentos solidários.

Logo, a gestão pública tem criado diversas ações para estruturação da economia solidária no Brasil. França-Filho (2013) cita a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho (e, atualmente, ao Ministério da Cidadania) bem como a organização de fóruns estaduais, ligados a essa temática, os quais têm resultado no desenvolvimento de redes de fomento aos empreendimentos nacionais enquadrados nessa nova lógica.

Contudo, há ainda muito a ser feito, especialmente nas regiões mais fragilizadas economicamente e politicamente. Dessa forma, é de fundamental importância que trabalhos destinados a compreender a maneira como a gestão pública atua na elaboração de políticas públicas que fortaleçam a economia solidária, no âmbito do semiárido, sejam produzidos, uma vez que esta se apresenta como uma estratégia ao desenvolvimento local sustentável.

Tal relevância é justificada, uma vez que as políticas públicas que estimulam o empoderamento de comunidades fragilizadas economicamente, por meio do fortalecimento de organizações baseadas nas ideologias e princípios da economia solidária, são indispensáveis para o fomento ao desenvolvimento territorial sustentável (PEREIRA; OLIVEIRA; GONÇALVES, 2015).

A bibliografia relativa à temática debatida neste estudo é relativamente extensa. Por exemplo, a questão hídrica nordestina é tratada cientificamente desde meados do século passado. Silva (2003); Baptista e Campos (2013); Campos (2014); Bezerra *et. al* (2016); bem como Silva e Nobre (2016) são algumas das referências que discutem esta tônica.

Ademais, vários autores, das mais diversas áreas do conhecimento, têm buscado compreender os efeitos gerados pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, nos territórios em que o mesmo tem sido implementado, dentre os quais é possível citar: Suassuna (2005); as informações disponibilizadas pelo Ministério da Integração, por meio do Relatório de Impacto Ambiental (BRASIL, 2004); Lima (2013) e Loureiro, Teixeira e Ferreira (2014).

Já no que se diz respeito à literatura da área de gestão pública e economia solidária é possível destacar as produções de Nascimento (2000); França-Filho (2001); Medeiros (2001); Singer (2002); Lisboa (2005); Gomes (2006); Secchi (2010); Matias-Pereira (2012); Raposo (2014); Singer, Silva e Schiochet (2014); Dias e Matos (2017).

No entanto, trabalhos que tratem especificamente de ações promovidas pela gestão pública para a convivência com a seca no semiárido são ainda escassos, sendo possível citar Pereira, Oliveira e Gonçalves (2015) e Baptista e Campos (2013) como os de maior destaque.

Na primeira produção, observou-se que a economia solidária é considerada uma importante estratégia de desenvolvimento local, tendo em vista que a mesma pode se tornar uma espécie de política pública capaz de diminuir a desigualdade e a concentração de renda no semiárido.

Já no segundo trabalho, citado anteriormente, percebe-se que os autores apresentam diversas alternativas de tecnologias sociais que podem ser adequadas para a realidade do polígono das secas, sem que haja prejuízo para a população nos quesitos econômico, cultural e ambiental, objetivando sempre que a lógica de combate à seca seja substituída pela de convivência.

Logo, observando-se a literatura da temática estudada, traçaram-se as seguintes questões norteadoras desta pesquisa: (i) quais são as atuais políticas de enfrentamento e de convivência implementadas pela gestão do município estudado no que diz respeito à temática da seca e quais são os seus efeitos para o desenvolvimento local? (ii) a economia solidária é observada como uma possível política de convivência com o semiárido neste município?

Desse modo, justifica-se a importância teórica da pesquisa em função da escassez de estudos que tratem acerca das políticas de combate e de convivência com a seca no semiárido, bem como dos seus efeitos para o desenvolvimento local. Além disso, poucas são as obras que abordam a questão da elaboração de políticas públicas de economia solidária em espaços sócio economicamente fragilizados.

No aspecto social, o trabalho é justificado devido a sua capacidade de identificar lacunas deixadas pela gestão local, que se tornam empecilhos para o fomento ao desenvolvimento sustentável urbano e rural e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida das populações ali residentes.

Assim, este estudo teve como objetivo geral avaliar as ações desenvolvidas pela gestão pública de um município do sertão paraibano para o enfrentamento à seca e para a convivência com o semiárido, considerando a economia solidária como uma possível alternativa. Para concretizá-lo, foi necessário traçar três objetivos específicos, que consistem em: (i) identificar as políticas públicas de enfrentamento e de convivência com o semiárido, desenvolvidas pelos órgãos municipais da cidade para o seu desenvolvimento; (ii) descrever as possíveis conseqüências econômicas, sociais e ambientais que tais ações promovem no âmbito municipal; e (iii) identificar se a economia solidária aparece como alternativa de convivência com o semiárido para o desenvolvimento socioeconômico do município.

É importante mencionar que este trabalho apresenta quatro seções, além desta introdução, as quais são: o embasamento teórico do estudo, a fim de apresentar as percepções de diversos autores acerca das questões que problematizam a presente pesquisa. Tais

perspectivas são apresentadas na próxima seção; a metodologia utilizada para efetivação da pesquisa; os resultados encontrados a partir do levantamento de dados executado; e, por fim, as considerações finais, com as percepções gerais acerca do tema analisado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O levantamento da bibliografia é uma das seções mais fundamentais de uma pesquisa. Triviños (2017) afirma que a análise de estudos já realizados na área investigada auxilia o pesquisador a identificar informações sobre os métodos e técnicas utilizados, as dificuldades de execução e os resultados já alcançados. Dessa forma, para o autor, quando se há uma visão mais ampla do assunto, o cientista pode adequar a sua investigação à linha teórica que mais o satisfaz.

Dessa forma, com o intuito de embasar o problema desta pesquisa, nesta seção serão tratados aspectos relativos ao problema hídrico do Nordeste, desde as suas origens até as políticas elaboradas pelo Estado para a mitigação dos efeitos da seca; ao Projeto de Integração do Rio São Francisco ressaltando os seus efeitos positivos e negativos para as áreas econômica, social e ambiental; à gestão pública e ao *welfare state*, de forma específica; ao estudo das políticas públicas; e, por fim, à economia solidária, enfatizando fatores como os seus princípios e maneiras de execução.

2.1 A questão hídrica no Nordeste

A escassez hídrica na região Nordeste é uma questão que ultrapassa séculos. Conforme Bezerra *et al.* (2016), esse espaço é uma área caracterizada pela tendência a longos períodos de estiagem, os quais são responsáveis por inúmeras adversidades que atingem a sociedade e o meio ambiente.

Para Silva e Nobre (2016), o Nordeste brasileiro se manifesta como um espaço composto por infortúnios de cunho econômico e social, que foram atribuídos ao problema climático. As secas são definidas pelo retardamento das precipitações ou pela sua ocorrência abaixo do valor mínimo indispensável à sobrevivência do ecossistema, sendo gerada tanto por aspectos climáticos (como altitude, latitude e correntes marítimas), quanto por ação humana (BEZERRA *et al.*, 2016).

Sendo assim, observa-se que o semiárido nordestino é historicamente uma área afetada por períodos de escassez hídrica, o que tem gerado problemas econômicos, ambientais e sociais nesse espaço. Contudo, apesar de possuir uma imagem de atraso econômico e de ser uma região caracterizada pela fome e miséria, Silva (2003) afirma que tal ilustração é fruto

dos interesses políticos das elites locais, as quais justificavam as mazelas sociais do Nordeste como resultado das suas condições naturais e do seu clima desfavorável.

Tal concepção é confirmada por Silva e Nobre (2016, p.23):

O que se tem construído como alternativa em resposta ao fenômeno climático foi fruto de uma representação superficial que atende apenas aos anseios da elite política nordestina. O uso político da seca foi utilizado para garantir recursos e projetos desastrosos baseados em grandes obras hídricas ou programas emergenciais que antes de amenizar reforçava uma relação social patronal e clientelista (SILVA; NOBRE, 2016, p.23).

Assim, nota-se que, por muito tempo, as disparidades regionais que são percebidas no Nordeste, foram atribuídas às condições climáticas da região, a fim de atender os interesses de políticos locais em garantir o acesso a recursos que intensificaram uma relação patriarcal da sociedade com o Estado. Nesse sentido, para amenizar os efeitos das secas, inúmeras políticas públicas foram desenvolvidas para o Nordeste.

Campos (2014) reconhece que a maioria das ações governamentais elaboradas para a região semiárida, no século passado, objetivou o combate a escassez hídrica. Contudo, o mesmo autor relata que tais políticas públicas só começaram a ser formuladas quando o governo admitiu que a seca era um tema de repercussão nacional, fato que só ocorreu após a Grande Seca de 1877 a 1879, a qual levou à morte centenas de milhares de pessoas.

Corroborando tal percepção, Silva (2003) declara que somente a partir da segunda metade do século XIX, as secas no semiárido nordestino passaram a ser observadas como um problema nacional. Para o autor, tal acontecimento foi motivado tanto pela mortandade da seca de 1877, quanto pelos interesses políticos dos coronéis que percebiam a oportunidade de expandir seus patrimônios, através do cenário de calamidade pública instaurado.

A partir desse marco histórico que as políticas públicas para a mitigação dos efeitos da seca passam a ser desenvolvidas. Assim, buscava-se decidir quais as ações governamentais eram mais adequadas para reduzir a vulnerabilidade da região semiárida, bem como os auxílios que deveriam ser disponibilizados para a população e quais os custos que o governo deveria assumir (CAMPOS, 2014).

Porém, é a partir de 1888 que, para Campos e Studart (2018), o debate para a resolução da escassez hídrica tornou-se mais proveitoso, gerando três linhas de possíveis intervenções: a adepta à açudagem e a irrigação; a simpatizante com a transposição do Rio São Francisco; e os favoráveis à promoção de mudanças no perfil econômico regional, que propunham resoluções pontuais de impacto. O Quadro 1 a seguir expõe uma breve trajetória

das políticas públicas de enfrentamento à seca no Nordeste ao longo dos anos, até meados da década de 1990:

Quadro 1: Trajetória das políticas públicas de enfrentamento à seca no Nordeste

PERÍODO	AÇÕES GOVERNAMENTAIS
Brasil Colônia	A coroa portuguesa não buscava soluções para os problemas da população nordestina brasileira, portanto, não existiam políticas públicas para tanto;
Brasil Império	Adoção de uma postura assistencialista às populações flageladas pela seca, a partir da elaboração de uma política regulatória no que diz respeito à navegação do Rio São Francisco, bem como de estímulo à construção de açudes;
Brasil República	<ul style="list-style-type: none"> • 1907: criação de uma Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, DNOCS), responsável pela identificação de lugares propícios à construção de barragens e açudes de grande capacidade. • Décadas de 1950 e 1960: criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com o objetivo de focar no estímulo ao desenvolvimento regional. Assim, políticas de industrialização, de democratização agrária e ações no sentido de gerar técnicas de aumento de produção foram implementadas na região; • Décadas de 1970 e 1980: desenvolvimento do Projeto Sertanejo, que objetivava introduzir as pequenas produções agrícolas no mercado, e do Projeto Nordeste, no qual a SUDENE e os governos dos estados pretendiam oferecer assistência creditícia e técnico-agrônoma para os pequenos e médios agricultores. • Década de 1990: criação de políticas voltadas ao estímulo do desenvolvimento de planos de recursos hídricos, para um melhor gerenciamento da água.

Fonte: Adaptado a partir de Andrade (1993); Campos (2014);

Logo, durante muito tempo, especialmente durante os períodos colonial e imperial, percebeu-se a existência de um discurso voltado para a elaboração de políticas públicas que combatam a seca, as quais, cabe lembrar, geraram construções faraônicas que favoreceram, em sua grande maioria, as grandes elites, em vez de ações que ensinassem o sertanejo a conviver com a escassez hídrica. É somente a partir da década de 1990 que ações que estimulam a convivência com o semiárido passaram a ser implementadas pela gestão pública. Nesse sentido:

De modo geral, as ações governamentais de intervenção nessa realidade foram sendo construídas com base nas seguintes características: a) o caráter emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos em momentos de calamidade pública; b) as ações emergenciais que alimentam a “indústria da seca”; e, c) a solução hidráulica, com a construção de obras hídricas, quase sempre favorecendo empreiteiras e a grande propriedade

rural. Em todas essas características reproduz-se o uso político do discurso da miséria e do subdesenvolvimento como decorrência direta das secas (SILVA, 2003, p.369).

De acordo com Silva e Nobre (2016), as ações de cunho assistencialista e emergencial aliviaram a vida dos nordestinos, mas, em contrapartida, não foram formuladas políticas estruturantes de médio e longo prazo. Para os autores o caminho das águas moderno foi sendo pautado no tradicional discurso de combate à seca. Como demonstrado no Quadro 1 acima, foram necessários cerca de quatro séculos para que as autoridades governamentais percebessem que a seca não é um fenômeno que se combate, mas que se aprende a lidar, a fim de gerar benefícios para aqueles que nele se encontram.

Convém ressaltar que a seca é um momento político por natureza, e por tal razão, é utilizada para a produção de críticas fundamentadas, ou não, as quais objetivam o aperfeiçoamento ou a destruição de projetos que visem a redução dos efeitos da escassez (CAMPOS; STUDART, 2016).

Dessa forma, para Silva (2003), a lógica de combate à seca é reducionista e acaba resultando na manutenção da miséria. O autor ainda afirma que tal discurso trabalha como uma estratégia de controle de uma região que, com raras exceções, não se enquadra ao modelo desenvolvimentista que é predominante no país.

Por outro lado, a convivência com a seca no semiárido também é um tema recorrente nos debates acerca da escassez hídrica no Nordeste. Nesse sentido, uma nova corrente política e econômica dessa região enxerga o clima como um aliado, desde que sofra as devidas adaptações tecnológicas (SILVA; NOBRE, 2016).

Uma das bases da convivência com o semiárido está no reconhecimento dessa região como um território composto por características peculiares (SILVA, 2003). Para o autor, tal perspectiva demanda a superação da miséria, instalada na região e, conseqüentemente, na melhoria de vida da população, sendo indispensável, para isso, a formulação de políticas públicas permanentes e adequadas ao local, bem como o rompimento da concentração agrária e hídrica tão característica desse espaço.

Desse modo, a perspectiva de convivência com o semiárido enxerga a sua viabilidade econômica, a inteligência e capacidade de sua população e a sua riqueza natural e, dessa forma, apresenta uma proposta de desenvolvimento condicionada à manutenção de um relacionamento respeitoso entre o ser humano e a natureza que o cerca, bem como à elaboração de políticas públicas adequadas (BAPTISTA; CAMPOS, 2013).

Sendo assim,

A convivência manifesta uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita resgatar e construir relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das famílias sertanejas. Esta nova percepção elimina “as culpas” atribuídas às condições naturais e possibilita enxergar o Semiárido com suas características próprias, seus limites e potencialidades. Nesse sentido, o desenvolvimento do Semiárido está estreitamente ligado à introdução de uma nova mentalidade em relação às suas características ambientais e a mudanças nas práticas e no uso indiscriminado dos recursos naturais (CONTI; PONTEL, 2013, p.27).

Então, observa-se que as lógicas de combate e de convivência com o semiárido são opostas e atendem a interesses distintos. Campos e Studart (2018) reconhecem que a ideia da Transposição das águas do Rio São Francisco surge como um meio de combater a seca da região Nordeste.

Contudo, o discurso de combate às secas está centrado em uma perspectiva utilitarista da natureza, a qual gera uma noção de que a miséria da população sertaneja é culpa do clima e fortalece os meios que encobrem as questões estruturais que geram essa conjuntura desastrosa (SILVA, 2003). Como o Projeto de Integração do Rio São Francisco surge nesse contexto, é importante entender um pouco mais acerca desta temática.

2.2 O Projeto de Integração do Rio São Francisco

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é um dos maiores investimentos em infraestruturas hídricas do país. Assim, em uma perspectiva histórica, foi no ano de 2004, que surgiu a oportunidade de se construir canais que levariam as águas do rio São Francisco para as bacias do Nordeste Setentrional, com o objetivo de amenizar o problema da escassez hídrica da região (CARVALHO; ESPINDULA, 2014).

De acordo com a Agência Nacional de Águas (BRASIL, 2018), o PISF objetiva assegurar a garantia de acesso aos recursos hídricos no agreste e no sertão dos estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. O mesmo órgão ainda ressalta que o projeto também possui a finalidade de promover o desenvolvimento desses territórios.

Assim, observa-se que a integração do Rio São Francisco objetiva sanar um problema histórico do Nordeste brasileiro, ou seja, os efeitos das constantes secas. Contudo, apesar de ser uma obra relativamente recente, o PISF é uma pauta antiga na agenda governamental.

Esse pensamento é validado por Loureiro, Teixeira e Ferreira (2013, p.13), quando afirmam que:

A transposição das águas da bacia do rio São Francisco é uma questão tão antiga quanto o problema da escassez de água no Nordeste Setentrional brasileiro. Desde o período remoto do Império, durante o século XIX, até os dias atuais, foram diversas as oportunidades nas quais se cogitou a transposição como a melhor alternativa hídrica para a redução dos efeitos gerados pelos fenômenos das longas estiagens sobre os milhares de residentes na região conhecida como Polígono das Secas (LOUREIRO; TEIXEIRA; FERREIRA, 2013, p.13).

Assim, percebe-se que a preocupação com a escassez hídrica do semiárido nordestino não é uma exclusividade dos atuais governos, mas sim, algo que acompanha os atores públicos desde o Império. No entanto, apesar de ser uma obra de indiscutível relevância para a região Nordeste, o PISF tem gerado consequências econômicas, sociais e ambientais nesse território.

Confirmando tal perspectiva, Lima (2013) afirma que a integração do Rio São Francisco tem sido amplamente criticada em função dos impactos que tem gerado nos seus espaços de implementação. O Relatório de Impacto Ambiental (BRASIL, 2004) indica a existência de 44 impactos, positivos e negativos, do projeto na região em que está sendo executado.

Entre as consequências favoráveis, pode-se citar a melhoria da qualidade de vida da sociedade, em função dos maiores investimentos em saneamento básico e da elevação dos níveis das atividades produtivas dependentes de recursos hídricos; a gradual diminuição das migrações da população rural, especialmente, para as outras regiões do país; e a redução dos gastos públicos em ações emergenciais para mitigar os efeitos da seca no Nordeste (BRASIL, 2004).

Logo, conforme Sousa e Ribeiro (2014), por meio do PISF, diversos espaços do Nordeste serão inseridos na lógica de produção globalizada, o que pode trazer resultados positivos para o desenvolvimento econômico da região. Todavia, os autores apontam que a obra também possui inúmeros impactos negativos, os quais atingem principalmente a população mais pobre, como a desapropriação e consequente perda de identidade de um povo; aumento de problemas na saúde na região de sua implantação; e degradação ambiental.

O Rima (BRASIL, 2004) também indica variados efeitos danosos tanto ao território, quanto à sociedade, como o rompimento das relações socio comunitárias, em decorrência das

desapropriações; a perda de terras potencialmente agricultáveis; e a diminuição da fauna terrestre, bem como a aceleração do processo de desertificação do semiárido.

Diante desse contexto, Silva *et al.* (2015) mencionam que os conflitos ambientais existentes nos territórios que recebem grandes empreendimentos colaboram para o aprofundamento de cenários em que há a vulnerabilidade de grupos humanos em seus contextos de vida.

Além disso, cabe mencionar o aumento dos gastos relativos à obra. De acordo com Castro (2011), o valor previsto para sua construção era de R\$ 4,5 bilhões. Já em 2018, conforme a Controladoria Geral da União (BRASIL, 2017), o custo da transposição já alcançou a quantia de, aproximadamente, R\$ 9 bilhões, sem incluir os investimentos adicionais que deverão ser feitos para que as águas sejam disponibilizadas às regiões mais afastadas do canal. O orçamento final está orçado em 20 bilhões de reais.

Tendo em vista os fatos mencionados, convém ressaltar que, a articulação entre desenvolvimento socioeconômico com a democracia, a liberdade e o uso harmonioso dos recursos naturais geram um reavivamento das lutas sociais (SILVA *et al.* 2015). Logo, conclui-se que a população, quando integrada, possui força suficiente para cobrar da gestão pública a elaboração de políticas públicas que promovam o bem-estar da coletividade. O papel da gestão pública é tratado na próxima subseção.

2.3 Gestão pública, bem-estar social e políticas públicas

A administração pública é uma entidade do Estado responsável pela prestação dos serviços públicos à sociedade. Assim, Nascimento (2000) afirma que a mesma é um domínio administrativo em uma conjuntura política, responsável pelas tomadas de decisões relativas às políticas de governo e efetivadas pelos detentores do poder.

Dessa forma, a gestão pública possui uma amplitude maior do que a compreensão de gestão privada e do que as próprias questões internas dos negócios de um governo (MATIAS-PEREIRA, 2012, p.10), uma vez que, segundo o autor:

[...] a administração pública pode ser percebida como a estrutura do poder executivo, que tem a missão de coordenar e implementar as políticas públicas. Apresenta-se como um conjunto de atividades diretamente destinadas à execução concreta de tarefas consideradas de “interesse público” ou comuns numa coletividade ou numa organização estatal.

Logo, entende-se que as atividades desempenhadas por organizações estatais possuem a finalidade de atender a um determinado interesse coletivo. Tal assertiva é confirmada por Nascimento (2000), o qual entende que a função básica da gestão pública é a prestação de serviços ao corpo social, que são realizados pelo Estado ou por seus delegados, com o objetivo de satisfazer as necessidades públicas.

Nesse sentido, é importante destacar que, dentro da concepção geral de Estado, existe o conceito de bem-estar social. A acepção de *welfare state* pode ser interpretada como um conjunto de benefícios e serviços sociais de cobertura universal estimulado pelo Estado (GOMES, 2006).

O *welfare state* é compreendido como a “mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população” (MEDEIROS, 2001, p.6). Gomes (2006) destaca que o principal objetivo do estado do bem-estar social é garantir à sociedade incentivos que lhe garantam o mínimo de base material e níveis de padrão de vida, capazes de amenizar as consequências de um sistema produtivo capitalista, desenvolvido e exclusivo.

Dessa forma, conforme Nascimento (2000, p.43), ao ser tratado como um campo societal, o Estado combina diversas necessidades de diferentes indivíduos, classes sociais e grupos, as quais, por meio de articulações, adquirem “um efeito multiplicador de dimensão macro, que confere ao Estado um potencial transformador, de caráter uno, em relação a sociedade global”.

Todavia, a fim de que as necessidades da população sejam efetivamente atendidas, o Estado deve se articular para a elaboração de políticas públicas. Souza (2006) afirma que não existe uma definição exata para o termo “política pública”, fazendo referência a diversas conceituações acerca do mesmo:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p.24).

Dias e Matos (2017) conceituam política pública como as (in)ações exercidas pelos governos, a fim de que a equidade no convívio social seja instituída. Convém ressaltar que para os autores, essas ações devem ter como objetivo primordial a oferta de condições básicas

para que a sociedade alcance um melhor nível de qualidade de vida, o qual seja compatível com a dignidade humana.

Percebe-se que a motivação do governo para a elaboração de uma política pública é a necessidade de se resolver uma questão de ordem coletiva (SECCHI, 2013). Assim, seus conceitos estão sempre relacionados às ações através das quais o Estado intervém na realidade (ROSA, 2013). Logo, deduz-se que a política pública nada mais é do que a postura que a administração adota frente a um problema que afeta a vida de determinado grupo social.

Nesse sentido, existem diversas tipologias de políticas públicas que foram desenvolvidas a fim de auxiliar na interpretação dos motivos que levam os governos a implantarem (ou não) determinada ação em favor da sociedade (DIAS; MATOS, 2017). Secchi (2013) afirma que tais modelos são uma maneira de especificar os atores, conteúdos, estilos e organizações envolvidas no processo de formulação da política. O Quadro 2 mostra as principais tipologias apresentadas pela literatura da área:

Quadro 2: Tipos de política pública

TIPOLOGIA	CRITÉRIO DE ANÁLISE	POLÍTICAS	DEFINIÇÃO
Lowi	Impacto esperado na sociedade	Regulatórias	Estão relacionadas à discriminação no atendimento das demandas de grupos, diferenciando os beneficiados e os prejudicados por tais políticas. Ex.: regras para operação do sistema financeiro;
		Distributivas	Criam benefícios concentrados em alguns grupos ou atores, sem que afete os demais. Ex.: subsídios e incentivos fiscais;
		Redistributivas	Objetiva a redistribuição dos recursos financeiros ou dos direitos e benefícios entre os grupos sociais, a fim de que haja a redução da desigualdade socioeconômica. Ex.: cotas raciais e reforma agrária;
		Constitutivas	Estabelecem as regras pelas quais outras políticas públicas são

			elaboradas. Ex.: sistema político-eleitoral;
Gormley	Níveis de saliência (capacidade de afetar e chamar a atenção pública) e de complexidade (necessidade de conhecimento especializado para sua formulação)	<i>Operating room politics</i> (alta complexidade e saliência)	Tecnicamente densas e com forte apoio popular; Ex.: Regulamentação acerca da qualidade da água e do ar;
		<i>Board room politics</i> (baixa saliência e alta complexidade)	Possui pequena atração da sociedade, mas carece de alto conhecimento técnico. Ex.: regras para o setor bancário;
		<i>Hearing room politics</i> (alta saliência e baixa complexidade)	Políticas de simples elaboração estrutural, mas que tendem a atrair grande atenção social. Ex.: regulamentação sobre o aborto.
		<i>Street level politics</i> (baixas saliência e complexidade)	De simples elaboração e implementação, bem como de baixo apelo popular. Ex.: rotinas administrativas;
Gustafsson	Distinção entre conhecimento e intenção do <i>policy maker</i>	Real	Incorporam a intenção e o conhecimento para resolução de um problema público;
		Simbólica	Apesar de ter conhecimento para elaborá-las, os <i>policy makers</i> não demonstram interesse para tanto;
		Pseudopolítica	Apesar de possuir a intenção de elaborar uma política pública, o <i>policy maker</i> não possui o conhecimento necessário para tanto;
		Sem sentido	Elaboradas sem o conhecimento específico sobre o problema e sem a intenção genuína de resolvê-lo;

Fonte: Adaptado de Secchi (2013) e Dias; Matos (2017)

Considerando diferentes perspectivas, é possível observar que inúmeros fatores podem influenciar a criação de políticas públicas e que, dessa forma, existe grande variedade das

mesmas na literatura da área. Assim, verifica-se que nesta temática, sempre haverá conflito, uma vez que a formulação de uma política para determinado grupo afeta os direitos de outros indivíduos, causando discussões sociais acerca da indispensabilidade de tal ação naquele momento.

Convém ressaltar que apesar de se mostrar um eficiente meio para a análise de políticas públicas, as tipologias tendem ao reducionismo e nem sempre é possível enquadrar determinada ação em um tipo específico (ou exclusivo) de política (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015; SECCHI, 2013).

Outro fator a ser considerado neste tópico é o ciclo de políticas públicas. Para Dias e Matos (2017), essas fases decompõem a política em diversas etapas, a fim de que formem uma sequência lógica para análise. Assim, o ciclo é uma maneira de enxergar e interpretar a ação do governo em sequências organizadas de forma interdependente (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

A maior parte dos autores não concorda no que diz respeito ao número de fases do ciclo de políticas públicas. Frey (2000) cita cinco etapas: identificação e definição de problemas; agenda; formulação de programas e de decisão; implementação de política; mensuração dos impactos; e correção dos possíveis desvios. Já Souza (2006, p.29) divide o ciclo em seis estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Na percepção de Secchi (2013) o ciclo de políticas públicas possui sete fases que estão expostas na Figura 1, logo abaixo:

Figura 1: Ciclo de políticas públicas



Apesar das distinções, as quais, convém ressaltar, são mínimas, é perceptível que as fases de identificação do problema, definição da agenda, elaboração da política, sua implementação e avaliação dos resultados gerados são comuns a maioria dos autores, incluindo os supracitados. Assim, é importante que se defina mais detalhadamente cada um desses estágios. O Quadro 3, em seguida, cumpre este objetivo:

Quadro 3: Definição das etapas do ciclo de políticas públicas

ETAPA	DEFINIÇÃO
Identificação do problema	Fase em que determinada situação é reconhecida como insatisfatória, adquirindo certa visibilidade no corpo social e requisitando uma ação da gestão pública.
Definição da agenda	Nem todos os problemas constatados entram na agenda. Nesta etapa, o administrador público definirá se o tema abordado é urgente o bastante para ser inserido na pauta política atual ou se deve ser adiado momentaneamente.
Elaboração da política	Estágio que consiste tanto no estudo da problemática, com o objetivo de se formular suas possíveis soluções, quanto na tomada da decisão mais adequada para sua resolução.
Implementação	Etapa na qual a política toma corpo e é executada na sociedade, gerando (ou não) os efeitos para os quais foi criada.
Avaliação dos resultados	Os programas implementados são avaliados, a fim de se observar se os impactos gerados estão de acordo com o objetivo inicial ou se são necessárias possíveis correções.

Fonte: Adaptado de Frey (2000); Dias e Matos (2017); Secchi (2010)

Verifica-se no Quadro 3 a minuciosidade do processo de elaboração de políticas públicas. Além disso, é indispensável muita sensibilidade do gestor público para identificar os problemas que clamam por urgência e, ao mesmo tempo, certa maleabilidade, por parte do mesmo, para negociar, com os grupos sociais, a resolução das questões mais imediatas.

Contudo, mesmo diante da clara utilidade que a teoria dos ciclos da política pública apresenta, é necessário fazer uma ressalva: o processo prático de elaboração de uma política é dinâmico e, nem sempre, seguirá todas as fases ou será sequenciada como propõe a literatura (FREY, 2000; SECCHI, 2010)

Diante desse contexto, o Quadro 4 apresenta os principais conceitos referentes à temática de gestão pública, de políticas públicas e de *welfare state*:

Quadro 4: Gestão pública e políticas públicas:

GESTÃO PÚBLICA	
Categoria de análise	Descrição
Gestão pública	É conceituada como a área da administração que está inserida em um contexto político relativo às decisões tomadas pelos agentes públicos detentores de autoridade. Assim, a mesma pode ser entendida como a organização do poder executivo que possui a responsabilidade de coordenar e executar políticas públicas.
<i>Welfare state</i>	Conjunto de serviços e benefícios sociais de abrangência universal, promovidos pelo Estado que objetivam assegurar uma harmonia entre a estabilidade social e o desenvolvimento mercadológico. Portanto, objetiva-se oferecer à sociedade o mínimo de base material e níveis de vida capazes de enfrentar os efeitos excludentes do sistema capitalista.
Finalidade da Gestão Pública	Prestar serviços de utilidade pública ao corpo social, buscando satisfazer as suas necessidades básicas.
Políticas Públicas	Campo do conhecimento que objetiva, de forma simultânea, colocar o governo em ação, analisar os resultados dessa ação e, se preciso for, sugerir mudanças no rumo ou curso da mesma. A elaboração de políticas públicas inicia-se no momento em que os governos democráticos expressam seus propósitos e plataformas eleitorais em programas que trarão mudanças no mundo real.
Políticas sociais	São as ações que dizem respeito ao modelo de proteção social implementado pelo Estado. Estão voltadas, em um primeiro momento, para o reordenamento dos benefícios sociais, com o objetivo de reduzir as desigualdades geradas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Fonte: Adaptado de Secchi (2010); Medeiros (2001) e Gomes (2006).

Percebem-se fortes relações entre as temáticas descritas no quadro acima. A gestão pública é responsável por elaborar e implementar as políticas públicas, que, por sua vez, visam ao atendimento das necessidades sociais. Dentro dessa temática, o *welfare state* é um estilo de gestão do Estado que busca oferecer as condições básicas para que a população viva dignamente, a partir das ações dos gestores públicos.

Nessa conjuntura, é importante destacar que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, conforme os termos constitucionais (BRASIL, 1988). Logo,

percebe-se que a gestão pública, independentemente do seu modelo, é compartilhada entre as três esferas que constituem o estado brasileiro.

Veloso *et. al.* (2011) afirmam que nas últimas três décadas, a administração pública municipal tem se tornando uma temática recorrente na elaboração e execução das políticas brasileiras. O município, de forma particular, integra a federação do Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, detendo autonomia financeira, política e administrativa (KLERINGA *et al.*, 2011). Assim, como ente federativo, os municípios têm desempenhado um importante papel no fomento ao desenvolvimento socioeconômico das regiões (KLERINGA *et. al.*, 2011).

Para Nascimento (2000), à administração pública municipal competem as atividades específicas, que não são responsabilidade da União nem dos Estados. O autor ainda ressalta que as atribuições municipais dizem respeito às matérias de caráter social, sendo tais funções renovadas constantemente para se adequarem às necessidades da população.

Nessa perspectiva, os municípios estão sendo requisitados a responder uma agenda de desafios cada vez mais ampla, a qual inclui temas que antes eram, geralmente, atendidos pela União e pelos Estados (SILVA; GIL; OKABAYASHI, 2014). Assim, os autores ressaltam que além de conteúdos básicos como saúde, educação e segurança, a esfera municipal passa a trabalhar com questões relativas ao desenvolvimento econômico e às relações internacionais.

Isto posto, percebe-se a relevância estratégica que os municípios possuem para o atendimento das necessidades coletivas e para o desenvolvimento regional. Tal entendimento é evidenciado por Nascimento (2000), que reconhece a importância da esfera municipal, visto que é por meio da gestão local que as políticas públicas e os planos de ação, voltados para esse fim, partem da teoria para a prática.

Complementando tal percepção, Kleringa *et. al.* (2011, p.37) declara que:

O papel central do poder executivo de um município é de proporcionar, em consonância com os outros níveis de governo, maior qualidade de vida para os seus munícipes, via atuação de forma direta (pela hierarquia de seu aparelho administrativo) ou descentralizada, podendo esta atuação indireta dar-se por meio de administração indireta de entidades relacionadas, ou através de ações governamentais (projetos, programas e atividades), organizadas em forma matricial ou de rede (KLERINGA, *et. al.*, 2011, p.37).

Dessa maneira, observa-se que além de um ente federativo, responsável por planejar políticas e organizar recursos, os municípios possuem a função primordial de promover a qualidade de vida dos seus munícipes, por meio da atuação dos poderes executivo e legislativo. Logo, para Veloso *et. al.* (2011) é imprescindível que se busque conhecer mais

profundamente a forma de organização das gestões municipais, a fim de que se possa otimizar a eficiência e a eficácia das políticas públicas nacionais.

Assim, como as demais esferas do Estado, os municípios possuem grande parcela de responsabilidade na promoção do bem-estar social, através de políticas públicas que gerem não somente o crescimento econômico, mas também o desenvolvimento sustentável do seu território.

Nessa perspectiva, a economia solidária tem chamado atenção do poder público, por se apresentar como um meio de desenvolvimento local e, à medida que se fortalece na sociedade, estimula a criação de políticas públicas que fomentem a geração de empreendimentos solidários (ROSA, 2013). Esta temática é tratada na próxima subseção.

2.4 Economia solidária

A economia solidária é um tema cada vez mais debatido na esfera acadêmica. França-Filho (2001) afirma que esta é uma discussão de diversos campos disciplinares como a Economia, a Administração e a Sociologia. Conforme o mesmo autor, o conceito de economia solidária foi concebido nos anos de 1990, na França, por meio das obras de Jean Louis Laville e Bernard Eme. Desse modo, Singer, Silva e Schiochet (2014) a conceituam como um novo modo produtivo no qual a propriedade dos meios de produção é coletiva.

Para Cançado (2016) essa inovação não diz respeito somente a tomada de decisão participativa e a propriedade coletiva dos meios produtivos, mas também se refere à natureza do empreendimento, que procura e objetiva a geração de melhorias nas condições de vida, não só dos seus membros, mas também da comunidade em que está inserido.

Da mesma forma, Raposo (2014) afirma que a economia solidária pode ser descrita como uma alternativa de produção, a qual é capaz de se opor ao capitalismo em função da natureza de sua estrutura, que se organiza a partir da associação de trabalhadores. Lisboa (2005, p.109) faz algumas observações importantes acerca desse sistema:

Não estamos [...] nos referindo a um setor não mercantil e não monetário, como a economia da dádiva. Também não estamos falando dum setor não lucrativo, como o terceiro setor. O aspecto central da economia solidária não é a sua não-lucratividade, até porque a sua dimensão do lucro - ainda que renomeado como resultado, sobras ou excedente - está presente nas suas expressões mercantis (LISBOA, 2005, p.109).

Assim, o autor ainda afirma que uma das singularidades da economia solidária reside no fato de que, apesar de seus empreendimentos estarem inseridos no mercado, a busca pelo lucro máximo não é o seu objetivo maior. Percebe-se que a lógica solidária se pauta na distribuição daquilo que é auferido coletivamente entre os membros de determinada organização, apresentando-se como uma possibilidade de resistência ao sistema de capital, na qual a gestão da produção é feita de forma coletiva.

De acordo com Rosa (2013), os primeiros focos de pensamento acerca da economia solidária surgiram na Europa, no início do século XIX, sendo Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873) e Pierre Proudhon (1809-0865) seus pensadores de maior destaque na França, além de Robert Owen (1773-1858), na Inglaterra.

O contexto de fortalecimento da lógica solidária na economia mundial só veio tomar forma em meados do século XX, como é afirmado por Gomes (2017, p.365):

Os anos entre 1960 e 1970 ficaram marcados na história do capitalismo monopolista por uma sucessão de crises que define a saída de uma longa onda expansiva do capital para uma recessão econômica, que impôs grandes quedas nas taxas de lucro do capital. Essa conjuntura, aliada à investida neoliberal que se seguiu a partir de meados dos anos 1970, produziu altas taxas de desemprego, elevando os índices de pobreza e miséria na maioria dos países capitalistas centrais, e com grande incidência nos países periféricos (América Latina), em decorrência da instauração de regimes ditatoriais.

Diante do contexto de crescente desemprego, as primeiras ações em direção à economia solidária, no Brasil, começaram a surgir a partir da organização de trabalhadores, na década de 1980, com forte apoio da Cáritas Brasileira (GOMES, 2017; ROSA, 2013). Nesse sentido, é possível observar que este conceito se originou em um momento de crise do capitalismo que teve como consequência a redução dos níveis de emprego da sociedade, exigindo, da mesma, meios alternativos de sobrevivência. Assim, a economia solidária é referida como a economia dos esquecidos do mercado (RAPOSO, 2014).

Convém ressaltar ainda que, para Gomes (2017), esse meio de organização econômica se manifesta como uma alternativa a inatividade, pois possui características próprias como a autogestão, a iniciativa própria e a cooperação. França-Filho (2001) afirma que o principal meio de manifestação da economia solidária é o modo associativo e cooperativo.

No entanto, segundo Cançado (2016), os empreendimentos solidários excedem as formas de organização cooperativa, assumindo outros formatos como clubes de troca e bancos comunitários. Já Lisboa (2005, p.109) amplia esse leque e ressalta que:

A expressão economia solidária designa inúmeras experiências que incluem formas diversas de agricultura familiar; assentamentos do MST; empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão; cooperativas; redes de catadores e recicladores; redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares; inúmeras experiências de finanças solidárias; clubes de trocas e as economias indígenas e dos quilombos (LISBOA, 2005, p.109).

Dentro desse contexto, verifica-se a diversidade de formas que os empreendimentos solidários podem assumir e se levanta uma discussão essencial acerca da importância do apoio de instituições públicas e privadas para o desenvolvimento pleno da economia solidária no Brasil.

Para Gutierrez e Zanin (2013), os empreendimentos de economia solidária apresentam inúmeras similaridades entre si, visto que são caracterizados por determinado tipo de exercício econômico, pela solidariedade, pela cooperação e pela autogestão. Portanto, todas as iniciativas dessa natureza irão apresentar igualdade de direitos para os seus membros, gerando, como consequência, a participação democrática nas decisões (GOMES, 2017).

Assim, a economia solidária é vista por Raposo (2014) como uma nova lógica para o desenvolvimento, apta a produzir o crescimento econômico somado ao desenvolvimento humano. A autora ainda afirma que, para o alcance de tal objetivo, as suas políticas devem estar alinhadas com o estímulo ao comércio justo e ao consumo, firmados na autogestão e na solidariedade.

Pode-se entender, a partir dessas perspectivas, que os empreendimentos solidários são agentes de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável. Convém ressaltar que ao passo que o desenvolvimento solidário evolui, as comunidades passam a ter maiores oportunidades de progresso, tendo em vista que cada território que se desenvolve oferta um mercado crescente à sua localidade (SINGER; SILVA; SCHIOCHET, 2014).

Dessa maneira, a economia solidária apresenta ferramentas para a organização de uma nova realidade produtiva, a qual é fundamentada no esforço e na produção de resultados obtidos através de um trabalho coletivo e cooperativo e em uma concepção solidária formada por valores antagônicos à noção utilitarista presente na sociedade nos últimos três séculos de domínio capitalista (GOMES, 2017).

Em conformidade com Singer, Silva e Schiochet (2014), a consolidação e a expansão da economia solidária dependem do reconhecimento dos seus potenciais na agenda de desenvolvimento nacional, de forma que haja a viabilização de um contexto propício para a

sua formalização, por meio da atualização, otimização e da constituição de leis e artifícios que facilitem a implementação de empreendimentos solidários no país. Assim sendo, o Quadro 5 apresenta conceitos importantes acerca da Economia Solidária:

Quadro 5: Economia solidária

Economia Solidária	
Conceito	<p>Forma de organização socioeconômica, mais humanizadora, na qual o indivíduo é considerado ser humano e não mais uma mercadoria, rompendo, assim, com a lógica do capitalismo neoliberal globalizado, que contém em sua raiz a contínua exploração da força de trabalho. Nesse sentido, os meios de produção são de propriedade coletiva daqueles que trabalham com esses instrumentos.</p>
Princípios	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cooperação: o trabalho é realizado de forma colaborativa, para o alcance de objetivos comuns, por meio da união de esforços coletivos e da propriedade coletiva; 2. Autogestão: as decisões são tomadas de forma coletiva, com o objetivo de dar voto e voz a todos os membros do empreendimento solidário; 3. Ação Econômica: a economia solidária é constituída por iniciativas coletivas com motivação econômica, como a produção, a comercialização, o crédito, a prestação de serviços e o consumo; 4. Solidariedade: a preocupação com o outro está exposta em diversas formas de economia solidária, como na partilha justa dos resultados alcançados, nas relações comunitárias, na atuação de movimentos sociais, na busca de um meio ambiente saudável e de um desenvolvimento sustentável.
Formas de empreendimento solidário	<ol style="list-style-type: none"> 1. Associação: Pessoa jurídica de direito privado, composta pela reunião de pessoas que partilham de um interesse comum, sem o objetivo de distribuir os resultados financeiros alcançados por ela; 2. Cooperativa: Associação de pessoas com propósito comum, organizada de forma democrática e econômica, a fim de prestar serviços e partilhar os resultados entre os membros que a compõe; 3. Clubes de troca: Espaço onde as pessoas se unem, de forma solidária, para o compartilhamento de produtos, serviços e/ou saberes, fazendo ou não o uso de moedas sociais; 4. Finanças solidárias: forma de organização comunitária, desenvolvidas por atores de um determinado território, através de uma gestão coletiva, na qual a preocupação não é exclusivamente a geração de lucros, mas também o respeito a valores éticos e humanos.

Fonte: Adaptado a partir de Raposo (2014); Lisboa (2005); Singer, Silva e Schiochet, 2014

Observando o Quadro 5 logo acima, é possível constatar que a economia solidária é pautada nos princípios de cooperação mútua entre os membros e que não se baseia em formas não econômicas de mercado; pelo contrário, os seus empreendimentos estão inseridos na lógica capitalista, ainda que de uma forma muito menos agressiva e mais equitativa. Além disso, verifica-se a variedade de atividades que podem ser desenvolvidas por aqueles que se interessam pela lógica solidária, que vai desde instituições financeiras até alternativas informais de transações mercadológicas.

Dessa forma, para construir uma economia mais justa é imprescindível recompor o “paradigma econômico a fim de romper com o móvel da cobiça e com o ídolo do mercado” (LISBOA, 2005, p.112). Logo, convém ressaltar que a participação da gestão pública no processo de fortalecimento da economia solidária no Brasil é indispensável, e se faz essencial tendo em vista os resultados positivos que a mesma apresenta no processo de superação das desigualdades sociais.

Na sequência deste estudo, serão apresentados os aspectos metodológicos empregados para concretização da pesquisa.

3 METODOLOGIA

Esta seção do trabalho contém as técnicas de pesquisa científica utilizadas pela autora no desenvolvimento de sua investigação. Assim, fatores como classificação, universo, métodos de coleta dos dados e de análise dos mesmos são apresentados, a fim de proporcionar maior entendimento ao leitor acerca da execução do estudo.

3.1 Tipo de pesquisa

No que diz respeito à abordagem do problema, o presente estudo possui uma natureza qualitativa, tendo em vista que está centrado no entendimento e na explicação da dinâmica das relações sociais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Como o objetivo geral desse trabalho é investigar fenômenos que ocorrem em determinada comunidade, o método qualitativo é o mais indicado para compreensão e interpretação de tais fatos.

Nesse contexto, a pesquisa denomina-se exploratória, já que está restrita à elaboração de objetivos e à busca de informações acerca do assunto estudado (CERVO, 2007). Contudo, cabe ainda classificá-la como descritiva, pois pretende coletar o máximo de características do fenômeno em análise. Triviños (2017, p.110) afirma que esse tipo de investigação tem como foco o propósito de conhecer certo fato, bem como suas características, a fim de “descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

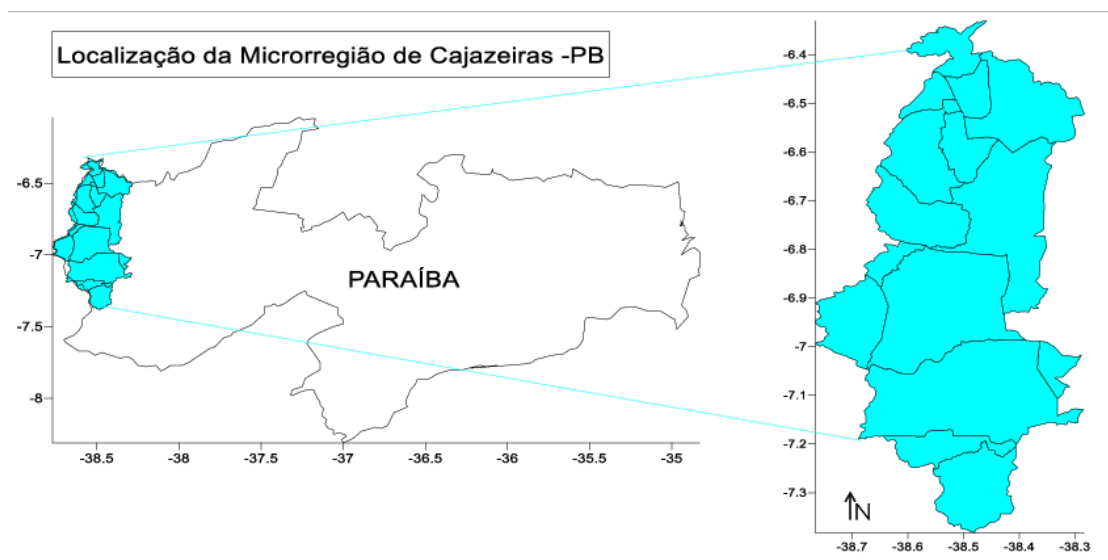
Dessa maneira, optou-se por utilizar o método do estudo de caso, pois esta técnica é indicada quando se deseja entender, de forma profunda, um fenômeno da realidade, o qual apresenta importantes condições contextuais a serem consideradas, as quais lhe são inerentes (YIN, 2010). O mesmo autor ainda afirma que o estudo de caso é preferível na análise de eventos contemporâneos, nos quais comportamentos essenciais não são passíveis de manipulação.

3.2 Universo de análise

A execução do estudo foi centrada em um município da Paraíba, o qual está localizado no extremo oeste do estado, na microrregião de Cajazeiras. Criada pela lei estadual de nº 791, de 22 de dezembro de 1885, a cidade está há 492 km da capital João Pessoa e faz divisa com o

estado do Ceará. A Figura 2 abaixo traz a localização do município em questão no mapa da Paraíba.

Figura 2: Localização da microrregião de Cajazeiras no mapa da Paraíba



Fonte: LIMA *et. al.*, 2015.

Rolim (2014) afirma que a população do município, publicada pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, era de 19.096, dos quais 10.795 se encontravam na zona urbana e 8.301 na rural. Conforme os dados mais recentes do IBGE (2019), o número estimado de habitante, no ano de 2018, era de 20.053 pessoas.

Nesse sentido, a economia municipal é fundamentada na agropecuária, especialmente na criação de rebanhos bovinos, os quais são destinados ao corte para o consumo da população interna (ROLIM, 2014). Ademais, ressalta-se também a existência dos setores industrial e comercial na cidade (ainda que pouco fortalecidos), os quais são indispensáveis para o crescimento econômico da mesma.

Dessa forma, por se tratar de uma cidade situada no semiárido nordestino, especificamente na região do polígono das Secas, o município em questão é um dos pontos estratégicos do Projeto de Integração do Rio São Francisco, uma vez que, como afirma Gonçalves (2014), seu território servirá de bacia receptora das águas da transposição.

3.3 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados

Os dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas. Triviños (2017) define esse método como sendo aquele que surge a partir de questionamentos básicos, os quais estão fundamentados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e que, à medida que são respondidos pelos entrevistados, geram novas interrogativas e pressupostos que visam responder o problema em análise.

Os pesquisadores costumam recorrer às entrevistas sempre que verificam a necessidade de coletar dados que não estão disponíveis em registros ou em documentos, além das situações em que se deseja complementar as informações extraídas de fontes diversas (CERVO, 2007).

Assim, para concretização deste estudo, em um primeiro momento, três sujeitos foram contactados para a aplicação de entrevistas, todos representantes da gestão pública municipal, os quais podem ser identificados na presente pesquisa a partir das siglas E1, E2 e E3. Essa etapa foi realizada no ano de 2018, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Convém ressaltar que, no ano de 2019, realizou-se mais uma visita de campo, a fim de coletar novas informações acerca da postura do município quanto ao modo que a gestão pública estimula a criação de políticas de convivência com o semiárido, a partir da lógica solidária. Para tanto, entrevistou-se, mais uma vez, um representante de uma das pastas do governo municipal, identificado como E1 na seção de resultados e discussões.

3.4 Tratamento e análise de dados

Por último, para o tratamento dos dados coletados, fez-se necessário organizá-los em categorias condizentes com a teoria relativa à gestão pública e à economia solidária. Primeiramente, por meio da técnica da análise de conteúdo, examinou-se as políticas de enfrentamento à seca que já existem no município; depois, buscou-se identificar os efeitos que tais ações geram no desenvolvimento socioeconômico e ambiental da cidade; por fim, analisou-se a possível presença de políticas que adotem a economia solidária como ferramenta de convivência com o semiárido.

Convém ressaltar que a análise de conteúdo consiste em:

[...] uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, p.2).

Segundo Bardin (2006) a análise de conteúdo é subdividida em três fases: pré-análise; exploração do material; e tratamento de resultados (interpretação). Neste estudo, durante a primeira fase foram realizadas leituras iniciais de autores que embasam a temática da gestão pública e da economia solidária. Já na segunda etapa, os dados foram obtidos por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, que seguiram um roteiro pré-estabelecido, de acordo com o objetivo da pesquisa. Finalmente, no último passo, as informações foram interpretadas a partir de uma análise crítica e reflexiva, buscando sempre a confrontação dos resultados obtidos com as teorias selecionadas para a investigação.

Observa-se que a análise de conteúdo permite uma leitura aprofundada dos dados e, conseqüentemente, traz maior consistência aos resultados da pesquisa. A junção desse método com as categorias teóricas possibilitou à pesquisadora uma melhor compreensão acerca do fenômeno estudado. Nesse sentido, a próxima seção apresenta os resultados e discussões desta investigação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção do estudo, foi feita uma análise dos dados coletados por meio das entrevistas com a gestão pública do município investigado. Assim, como já mencionado anteriormente, optou-se pela criação de categorias de análise, com o objetivo de sistematizar o estudo e garantir ao leitor uma melhor interpretação dos resultados.

Para tanto, foram criadas três categorias de análise, as quais são representadas pelos subtópicos seguintes, respectivamente: políticas municipais de combate à seca; os efeitos das políticas de enfrentamento à seca no desenvolvimento socioeconômico e ambiental do município; e a economia solidária como política de convivência com o semiárido. A seguir, são apresentados os resultados encontrados.

4.1 Políticas municipais de combate à seca

A princípio, antes de expor os resultados relativos às políticas de combate à seca, é importante que uma breve diferenciação entre estas e as ações de convivência seja feita. Embora não se negue a importância de políticas de combate, percebe-se nelas um viés imediatista e reativo a um problema que já é do conhecimento estatal.

Já as intervenções feitas para a convivência visam a criação de uma nova concepção acerca do desenvolvimento territorial do semiárido, a qual é apta a idealizar a satisfação das necessidades fundamentais como requisito para melhoria da qualidade de vida social, concebida como redução das desigualdades, da miséria e da pobreza (CONTI; PONTEL, 2013).

No município que é objeto de estudo deste trabalho, observa-se ainda uma predominância de políticas de combate à seca. Convém ressaltar, todavia, que um dos contextos que tornou esta situação necessária foi o longo período de escassez hídrica que a região Nordeste enfrenta nestes últimos anos, o qual, de acordo com Marengo *et. al.* (2016), tem sido considerado o mais grave das últimas décadas, chegando a afetar a vida de cerca de 9 milhões de pessoas. Como afirmou o E1:

E1: A gente tá saindo de uma seca histórica, ela vem a cada 100 anos... E ela veio agora nesses últimos sete anos... Aqui, **a gente nunca tinha presenciado uma seca como nós presenciamos essa última** [...] A gente tem bons mananciais, por exemplo, o Rio Piranhas desce aqui nesta serra que é a principal bacia hidrográfica da Paraíba e do Rio Grande do Norte... Ai o que é que a gente chegou... **a gente já assumiu na maior crise hídrica da**

nossa história... a gente não tinha água pra beber, a população não tinha água pra beber, pra comer... [grifo nosso]

A fala do gestor expõe que a equipe que assumiu a gestão municipal a partir do ano de 2016 se deparou com uma situação crítica, a qual requisitou providências urgentes, a fim de atender as necessidades sociais no que diz respeito à água. Para tanto, fez-se imperativo a elaboração de medidas paliativas para aliviar os efeitos da seca, que consistiram, especialmente, em investimentos de infraestrutura, como a construção de adutoras, a instalação de caixas d'água e a perfuração de poços na zona urbana e rural da cidade. O entrevistado E3 destaca tais obras:

E3: Um dos pontos foi a **construção de pequenas adutoras**, construídas pela prefeitura em diversas localidades do município, atendendo cinco famílias, dez famílias... Outro ponto: a gente enviou o pedido ao prefeito e ele conseguiu com o governo estadual [...] cerca de vinte **poços artesanais nas regiões mais críticas**... Os critério para cavar esses poços era onde estava sendo abastecido com carros pipas, o critério maior né, pra gente ver quem realmente tava precisando... [grifo nosso]

Outro ponto que merece destaque no que se refere à construção de tais obras no município é a chegada das águas do Rio São Francisco. Apesar de ser um ponto estratégico para o advento das águas, inúmeras comunidades rurais desta localidade não seriam beneficiadas pelo projeto, uma vez que não dispunham de infraestrutura básica para o abastecimento hídrico local.

Como exemplo, os entrevistados citam um distrito da cidade:

E1: Eles [a população] estão a 500 metros de uma barragem com 375 milhões de metros cúbicos e não tinha água no distrito.

E2: [...] **o nosso município é um dos mais beneficiados**, pois as principais obras da Paraíba estão dentro do nosso município... **Então, seria quase que inviável ter uma obra dessa magnitude, nessa ordem de serviço tão grande, o governo federal trabalhar quatro, cinco anos nela e a gente não conseguir estender isso pra algumas áreas tão próximas**, tão próximas como foi o exemplo de [nome do distrito] que ele tava dizendo [...] Então seria uma hipocrisia dizer “não, nós trouxemos a transposição, o governo federal investiu, a gente trabalhou” e o governo municipal e estadual não fez nada pra que isso se alargasse e beneficiasse todas as famílias ao redor dessa transposição, né... [grifo nosso]

Verifica-se, que mesmo sendo umas das cidades mais privilegiadas pelo PISF, na Paraíba, a maior parte do município não seria beneficiada com o acesso à água devido à

ausência de um planejamento integrado na área de gestão hídrica municipal. Este fato valida as críticas feitas pelos céticos da transposição, os quais afirmam que a água, possivelmente, não trará os privilégios para a população mais afetada pela escassez hídrica (CARDOSO JÚNIOR, 2010).

Contudo, independente de tais descrenças, constata-se que as políticas públicas de combate à seca, implementadas pela gestão municipal, não só foram indispensáveis para superação de uma das maiores crises hídricas enfrentadas pelo Nordeste nos últimos anos, mas também auxiliaram na efetivação da chegada das águas do Rio São Francisco à comunidade local.

Assim, a partir do próximo subtópico uma análise acerca dos efeitos destas ações no desenvolvimento socioeconômico local foi realizada, a fim de que os demais impactos gerados por tais políticas, neste cenário, sejam apresentados e discutidos.

4.2 Os efeitos das políticas de enfrentamento à seca no desenvolvimento socioeconômico e ambiental do município

Barros e Amin (2008) afirmam que os recursos hídricos são um dos fatores de maior relevância para o desenvolvimento econômico de quase todas as nações, especialmente para os setores primário e secundário da economia. Entretanto, no espaço semiárido brasileiro, o principal aspecto para a limitação ao seu desenvolvimento é a escassez hídrica (BEZERRA, 2002).

Um dos principais impactos promovidos pela adoção de políticas públicas de enfrentamento à seca é o estímulo à produção agropecuária da região, como é possível concluir através da fala do E2, logo abaixo. Uma vez que o acesso à água para a população é facilitado pela construção de obras básicas como adutoras, poços e caixas d'água, atividades de agricultura e pecuária voltam a ser cotidianas nas comunidades.

E2: [...] quando a gente fala de água, a gente tá falando de quê? A gente tá falando de agricultura, de produção, de comércio, de piscicultura... Tá falando de uma série de coisas...

Convém ressaltar, todavia, que além das políticas públicas relacionadas à gestão hídrica do município, a administração promove ações de assistência aos agricultores, a partir da cessão de máquinas e equipamentos agrícolas, os quais são indispensáveis para o manejo da terra que antecede à produção.

E1: [...] a gente dá a ele (agricultor) as horas de máquina que ele vai ter pra preparar o solo... A gente tá mandando e trazendo novos técnicos pra secretaria de agricultura, pra esse pessoal poder procurar o agricultor, poder preparar o homem e a família do campo, né...

Dessa forma, pode-se afirmar que a renda familiar da comunidade é diretamente afetada pelo aumento na disponibilidade hídrica do município, bem como pelo apoio técnico agrícola concedido pela gestão, tendo em vista o fato de que, geralmente, os excedentes da produção agropecuária são comercializados pelos indivíduos.

Para Rebouças (2001), a fartura da mesa da população mundial, de forma geral, e da brasileira, particularmente, depende, basicamente, da produtividade das atividades agrícolas desenvolvidas pela população, ou seja, a renda de parte desses indivíduos é acrescida por meio da produção excedente da agricultura familiar.

Contudo, a efetividade plena dessas políticas pode ser questionável, uma vez que as águas da transposição ainda não chegaram ao município. Sendo assim, a produção ainda se encontra condicionada a ocorrência de chuvas anuais que sejam suficientes para serem destinadas ao abastecimento humano e às atividades agropecuárias.

Apesar disso, como exposto nas falas abaixo, os gestores são cientes da ciclicidade pluviométrica regional:

E1: o pessoal tem que romper esse preconceito, essa ideia que se comprou de seca, seca, seca... **A seca é ciclo! Eu sei que ela vem todo ano...** É fato! **Pra gente o que não é certo é a chuva!** A seca é o certo... [grifo nosso]

Chega-se à conclusão que esta percepção da administração pública tem sido indispensável para a criação de políticas voltadas para amenização dos efeitos da seca na cidade e, conseqüentemente, para a manutenção dos seus habitantes de no território municipal.

Outro ponto que merece destaque é que o estímulo à agropecuária municipal é feito, não somente por meio de políticas voltadas à gestão hídrica, mas também a partir do estímulo à realização de licitações para aquisição de alimentos, preferencialmente, dos produtores rurais da cidade.

Segundo o representante E1, estas compras seriam destinadas especialmente para o fornecimento das escolas e hospitais, como é possível verificar no trecho da entrevista que se segue:

E1: [...] eu quero garantir a ele (ao agricultor) que ele produza e eu possa comprar a ele, certo? E como é que eu posso fazer essa compra? A gente vem trabalhando a merenda escolar pra ser produzido pelo próprio homem do campo do nosso município [...] **a gente realmente tá trabalhando o homem do campo pra que ele seja realmente um fornecedor da prefeitura**, da merenda do seu próprio filho... [grifo nosso]

Observa-se, dessa forma, que esta ação, promovida pela gestão pública, é indispensável para promoção do desenvolvimento econômico sustentado regional. Para Oliveira e Santos (2015), a atual questão primária da gestão pública é romper com o paradigma de compras públicas pautadas apenas em critérios relativos ao preço e à qualidade e passar a considerar fatores como a preocupação com a distribuição social da renda, tendo em vista que o Estado tem forte participação na economia nacional.

Nesse sentido, o gestor ainda faz uma espécie de crítica à forma como as licitações são feitas em parte dos municípios brasileiros. O mesmo ressalta que não são raras as vezes em que empresas localizadas em outras cidades, ou até mesmo em outros estados, são priorizadas nos processos licitatórios, fato que protela o desenvolvimento econômico sustentado daquela determinada região.

E1: [...] era outra coisa que incomodava bastante [...] era a gente vai fazer uma licitação... Ai, quem vem e ganha é uma empresa de Campina Grande... Nada contra o pessoal de Campina Grande, mas **se isso pode ser produzido no município, se isso pode tá gerando riqueza pro homem do campo do meu município, eu não vejo a lógica disso, de eu ir comprar em Campina Grande...** de eu ir comprar em João Pessoa, de eu ir comprar em Cajazeiras que tá aqui do meu lado... [grifo nosso]

Mais uma vez o entrevistado demonstra uma percepção diferenciada acerca da gestão pública, a qual pode resultar em efeitos positivos para o estímulo ao desenvolvimento regional, a partir do momento em que busca centralizar a realização das licitações no próprio município. Assim, tendo em vista que, de acordo com Secchi (2013), o problema público é a diferença entre a situação atual e àquela que se almeja, a gestão do município estudado tem desenvolvido ações importantes, capazes de transformar a realidade da sua população.

Cabe ressaltar que, ainda no aspecto referente às políticas de enfrentamento, os gestores descreveram uma ação que vem sendo desenvolvida na zona rural, a qual consiste na distribuição de sementes melhoradas geneticamente aos agricultores. Assim, a produção de determinada cultura é otimizada, uma vez que o tempo de colheita é reduzido drasticamente.

E1: [...] a gente já tem trabalhado com sementes especiais [...] a gente assumiu e viu que o pessoal plantava um milho que pra colher demorava cinco, seis meses... **E a gente não tem cinco ou seis meses de chuva! Então o que é que a gente quer com uma cultura que vai precisar de cinco ou seis meses de água?** Isso não existe! Então para esse tipo de semente a gente foi trabalhar sementes rápidas, tanto do feijão quanto do milho... A gente chama aqui, não sei como é que chama nos outros locais, mas aqui a gente chama de sessentinha... Tanto o feijão quanto o milho... Por quê? Por que são sessenta dias para plantar e pra colher... E isso a gente vem verificando que trabalhar esse tipo de semente, semente que se desenvolve mais rápido, talvez seja melhor pra gente, né... [grifo nosso]

Nesse sentido, o gestor afirmou que o efeito desta ação para o incremento produtivo das culturas plantadas na região foi tão positivo que o município já teve duas safras recordes. Tais resultados confrontam e relativizam as afirmações feitas Bezerra (2002), o qual alega que as questões climáticas do semiárido desmantelam o sistema produtivo regional, uma vez que, nos períodos de estiagem, a produtividade agropecuária torna-se instável e decrescente.

Convém destacar que, como se trata de uma prática, aparentemente, ambientalmente correta, o uso de tais sementes não gera impactos significativos na natureza, tendo em vista que são baseadas no melhoramento genético das sementes e não no uso de fertilizantes ou agrotóxicos para produção.

Além disso, uma das principais consequências dessas políticas para o município é a manutenção das comunidades, nos seus espaços de origem, bem como de suas manifestações culturais, as quais são indispensáveis para preservação da identidade territorial da localidade.

Pode-se observar, em vista disso, que a junção entre as políticas hídricas e a assistência técnica agrícola disponibilizada pela prefeitura tem gerado inúmeros impactos positivos para a população, os quais vão desde o acesso ao bem essencial, que é a água, até o acréscimo da renda familiar e a manutenção da identidade territorial do espaço em questão.

Todavia, até agora só foram analisadas as políticas de enfrentamento ao problema hídrico e os seus efeitos no município em questão. A partir do próximo subtópico, as ações de convivência e, especificamente, de economia solidária, serão observadas à luz da gestão pública municipal.

4.3 As políticas de convivência com o semiárido e a economia solidária no município

Uma das categorias que nortearam este estudo esteve centrada na identificação de possíveis políticas de convivência com o semiárido no município. Para Silva (2003), estas ações são conceituadas como aquelas que estimulam a adoção de uma postura proativa frente

ao fenômeno natural da seca, de forma que as suas potencialidades sejam aproveitadas, de maneira sustentável, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

Quando questionado acerca da existência de políticas orientadas para tal fim no município, o entrevistado E1 afirmou que existem projetos em desenvolvimento relativos a este tipo de ação, mas que não há nada concreto ainda, capaz de gerar algum impacto para a sociedade.

E1: [...] agora, a menina dos meus olhos, que me faz querer melhorar cada dia, é a convivência com a seca [...] **O impacto imediato da política pública [...] de convivência com a seca ainda não (existe), por que ela realmente vai demorar... Não é todo mundo que acredita, não é todo mundo que quer utilizar... É uma coisa cultural [...] e a gente sabe que pra mudar cultura... Não é da noite pro dia, né... [grifo nosso]**

Dessa forma, percebe-se que existe, na fala do entrevistado, uma ânsia por desenvolver políticas que sejam capazes de estimular o sertanejo a aprender a melhor manejar a natureza que o cerca, mas que tais ações ainda são impossibilitadas por diversos fatores como a urgência no enfrentamento dos efeitos da seca:

E1: a gente **viu a necessidade urgente [...] da gestão era levar água a quem tava precisando.** [grifo nosso]

Observa-se, portanto, mais uma vez, que o foco da gestão nesses últimos anos tem sido a resolução do problema referente à distribuição de água nas zonas urbana e rural do município. Além disso, o secretário cita outro aspecto que tem impedido o desenvolvimento de políticas de convivência: o fator cultural, ou seja, a resistência da população em aceitar novas propostas de produção agropecuária e de racionalização hídrica.

Tal percepção é confirmada por Baptista e Campos (2013), os quais alegam que o semiárido não é um território improdutivo, pois a precipitação pluviométrica desse espaço, embora não seja não abundante, é suficiente para garantir a vida. Porém, para os autores, não existe, nesse espaço, uma cultura que condicione os indivíduos a guardarem aquilo que é produzido em tempos de abundância, para os períodos de privação.

Assim:

A perspectiva da convivência requer e implica um processo cultural, de educação, de uma nova aprendizagem sobre o meio ambiente, dos seus limites e potencialidades. Requer a constituição de novas formas de pensar, sentir e agir de acordo com o ambiente no qual se está inserido. Ou seja, a convivência envolve a percepção da complexidade e requer uma abordagem sistêmica do semi-árido brasileiro possibilitando a compreensão das

dimensões geofísica, social, econômica, política e cultural (SILVA, 2003, p.378).

Portanto, verifica-se, a partir das falas dos entrevistados e dos autores, que as políticas de convivência podem ser potencializadas por meio da tomada de consciência do sertanejo de que existem formas alternativas de produção no semiárido. Uma delas seria a economia solidária. Para Raposo (2014), a lógica solidária surge através da união dos esforços e das capacidades, bem como mediante a responsabilidade solidária e a partilha dos resultados e propriedades, em função dos interesses comuns sociais.

Nesse sentido, esta categoria do estudo também buscou verificar a possibilidade de existência de políticas públicas que fomentem o emprego da economia solidária como uma estratégia de convivência com o clima semiárido. Quando questionados acerca da existência de ações deste cunho no município os entrevistados responderam que a gestão tem buscado desenvolver cooperativas de beneficiamento do algodão e de produção de leite, mas que tal projeto encontra-se estagnado em função dos problemas relativos à gestão hídrica municipal, os quais não foram absolutamente solucionados com a adoção das políticas já mencionadas.

E1: as cooperativas sofreram um pequeno abalo por causa dessas secas [...], mas a gente já vem retomando esse trabalho com o algodão [...] e com a bacia leiteira... A gente já vem retomando essas [...] frentes com esse pessoal pra justamente melhor produzir pra zona rural...

E3: [...] nós ainda ficamos travados um pouco nesse projeto com a parte hídrica... mas, quando chegar (a água), se Deus quiser, a gente acredita que vai dar certo.

No entanto, além deste projeto relativo à criação de cooperativas para produção de culturas que são tradicionais do município, não seria prudente afirmar que existem outras políticas que estimulem a economia solidária no âmbito municipal. Na realidade, por meio de uma análise extensa das transcrições das entrevistas, é perceptível que o gestor confunde, de certa forma, o crescimento e o desenvolvimento econômico com a lógica solidária.

Para que se entenda tal constatação é necessário, inicialmente, esclarecer que, segundo os entrevistados, existe hoje, no município, uma prática econômica, ainda informal, que movimenta cerca de 3.000 (três mil) postos de trabalho na cidade: o crediário (popularmente conhecida como furadinha). Esta atividade consiste na venda ambulante de artigos de confecções em geral.

Ocorre que, conforme Cover (2015), a prática econômica conhecida como "furadinha" gera problemas de grandes dimensões relativos à informalidade no trabalho. Assim, os indivíduos podem passar anos exercendo tal profissão sem ter um instrumento jurídico formal capaz de garantir os seus direitos futuramente.

Assim, para os entrevistados, o desenvolvimento da economia solidária seria o fortalecimento desta atividade, no entanto, com mudanças rigorosas na forma como a mesma se desdobra:

E1: [...] da economia solidária a gente tá desenhando aí conjuntamente com o Sebrae... Existe um programa aí chamado a “Casa do Empreendedor” que se cumula com um projeto chamado “Prefeito Empreendedor” [...] que é que a gente tá tentando desenvolver? **A região é muito forte aqui economicamente numa coisa que aqui é apelidado de furadinha, só que pra você entender melhor são aquelas equipes de crediário...** A gente tem aqui em toda a região do sertão da Paraíba mais ou menos 8 mil postos diretos de trabalho nesse tipo de economia e eles trabalham vendendo roupa, lingerie, confecção em geral de toda a América Latina... **A gente vai fazer um trabalho de economia solidária com esse pessoal... A gente tá trazendo o Sebrae pra desenvolver, pra treinar, pra qualificar esse pessoal e inclusive, futuramente, com a orientação das fábricas...** [grifo nosso]

Nesse sentido, observa-se que o secretário tem a intenção de fortalecer uma atividade econômica já estabelecida no município, mas orientando a população para a formalização do trabalho e para qualificação do pessoal, por meio de uma parceria desenvolvida entre a gestão pública e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O primeiro projeto citado pelo gestor tem como finalidade o incentivo à formalização de negócios que se adequem aos critérios determinados pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, além de oferecer serviços aos microempreendedores individuais (MEI). Já a iniciativa chamada “Prefeito Empreendedor” é um programa de reconhecimento aos prefeitos e gestores regionais que elaboraram ações destinadas ao desenvolvimento de pequenos negócios no município, desde que haja resultados comprovados de tais atividades.

É importante ressaltar que, a partir deste projeto, a gestão pública da localidade estudada fomenta o empreendedorismo local e à criação de novos negócios, o que é fundamental para a economia do município. Todavia, tal política pode não se qualificar como uma ação de estímulo à economia solidária, uma vez que, conforme Pereira, Oliveira e Gonçalves (2015):

[...] a economia solidária deve ser difundida como uma proposta de nova ordem social, em harmonia com técnicas de trabalho cooperado, de consumo

consciente e de convivência com a capacidade de resiliência do meio ambiente.

Destarte, observa-se que o princípio norteador da economia solidária é a cooperação e que, de acordo com Singer, Silva e Schiochet (2015), o poder público pode incentivar os indivíduos que pretendem investir em empreendimentos solidários de diversas maneiras como por meio da disponibilização de assessoria técnica, do estímulo à formação de bancos comunitários e de cooperativas de crédito, a fim de que a comunidade possa reinvestir os excedentes desses negócios em outras atividades e passar a depender menos das autoridades governamentais.

Então, mesmo que haja um forte estímulo ao empreendedorismo local, tal política não pode ser qualificada como de economia solidária, pois não existe uma perspectiva, na fala dos gestores, para o desenvolvimento de cooperativas ou associações que desempenhem tais atividades, mas sim para a organização de fábricas. Além disso, a questão relativa à preservação do meio ambiente também não é presente no discurso dos secretários, o que alimenta as constatações acima mencionadas.

Outro delineamento de política pública, considerado como de economia solidária, mas que na realidade promove o desenvolvimento local são os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs são conceituados como aglomerados territoriais de agentes políticos, econômicos e sociais, os quais se concentram no desenvolvimento de um conjunto específico de atividades econômicas que estão associadas entre si (ERBER, 2008).

Assim, existe um programa andamento na região chamado Território Empreendedor Sustentável (TES), o qual é desenvolvido também em parceria com o Sebrae e com outras instituições como ONGs, sindicatos e grupos sociais, de forma conjunta, com vários outros municípios do alto sertão. Na próxima fala, o secretário de administração explica o funcionamento do TES:

E1: existe realmente um programa com 30 municípios envolvidos [...] A gente chama de Arranjos Produtivos Locais... Então, a gente tá fazendo o do Sertão agora... Na Paraíba já tem dois grandes exemplos desses arranjos produtivos locais e a gente tá trazendo isso pra cá agora [...] É o TES Alto Piranhas. TES quer dizer Território Empreendedor Sustentável. **Nós juntamos os municípios do Alto Piranhas, certo?! Dá, mais ou menos, em torno de 30 municípios... Que são atendidos pela agência Sebrae em Cajazeiras... E esses municípios estão se reunindo, todos os prefeitos, secretários, as ONGS, os sindicatos, e a população em geral, CDL, realmente todo mundo unido nessa causa.. A gente quer elencar quatro grandes ações que a gente vê que pode alavancar ainda mais a região e que a gente pode trabalhar juntos.** Hoje a gente tá só debatendo quais

seriam esses grandes pontos né. E principalmente tem que ser tema que tenha uma grande vocação na região, né... [grifo nosso]

Dessa maneira, conclui-se que as ações que vêm sendo implementadas na cidade podem gerar fortes impactos no fortalecimento da economia local e, conseqüentemente, a depender do interesse da gestão, podem levar a cidade ao desenvolvimento local.

Não obstante, convém destacar que aquilo que os gestores consideram como economia solidária é, na realidade, incentivos ao empreendedorismo regional. Assim, não se pode afirmar que a lógica solidária é utilizada como uma estratégia de convivência com o semiárido, uma vez que não fica claro, no discurso dos gestores, se os empreendimentos que os mesmos desejam estimular adotariam o formato de cooperativas ou de associações.

Tal ambigüidade é tão clara na fala do entrevistado que ao ser indagado acerca das legislações existentes no município para o incentivo à economia solidária, o gestor salientou a aplicação de leis relativas ao desenvolvimento dos pequenos e médios empreendedores da cidade:

E1: [...] a gente já tem lei do empreendedor... a gente já tem diversas leis no município preparando pra esse pessoal... a gente já vem trabalhando nesse sentido... **a gente [...] tá trazendo algumas leis nacionais que priorizam o pequeno e o médio produtor... e as pequenas e médias empresas e inclusive com o favorecimento de licitações de acordo com a lei...** [grifo nosso]

Assim, é possível verificar esta leve ambigüidade que o gestor faz entre os conceitos de economia solidária e de desenvolvimento local. Mas, apesar das constatações anteriores, verifica-se que o fomento ao empreendedorismo em si também pode ser empregado como método de convivência com o semiárido, pois, segundo Spanevello (2008), os investimentos do poder público nesse sentido, estimulam a permanência da população no meio urbano e rural do município, o que é fundamental para a movimentação econômica do mesmo.

Cumprido salientar também que, quando questionados acerca dos impactos que tais projetos têm gerado no corpo social, o entrevistado respondeu:

E1: infelizmente a gente tá saindo do embrionário e tá começando a trabalhar ele né [...] então é muito cedo pra gente falar, a médio prazo... A curto prazo eu posso citar somente a implementação e a tentativa da mudança na cultura... A gente tem claro, as metas desenhadas e o que a gente deseja pra o futuro..., **mas hoje, hoje eu não posso dar o resultado concreto porque a gente ainda tá nessa batalha.** [grifo nosso]

Logo, percebe-se que os projetos de políticas públicas mencionados ao longo deste subtópico ainda estão na fase de elaboração e de tomada de decisão, sendo o processo de implementação mais demorado, pois, segundo Agum, Riscado e Menezes (2015), os entraves relativos a esta última etapa são muito mais decorrentes de problemas políticos e de suas complexidades, do que de questões técnicas ou administrativas.

Assim, pode-se concluir que ainda não existem políticas de convivência efetivas em funcionamento capazes de gerar impactos passíveis de mensuração. Portanto, a economia solidária pode ser classificada como uma pseudopolítica, conforme categorização feita por Gustafsson (1983, *apud* AGUM; RISCADO; MEZESES, 2015), tendo em vista que, embora exista a intenção de se elaborar ações, aqueles que estão à frente da gestão não dispõem de conhecimento suficiente para tanto.

No entanto, convém lembrar que esta equipe está à frente da gestão municipal desde 2016 e que, de fato, a maioria das políticas públicas de convivência devem ser implementadas com a compreensão de que os seus efeitos são vistos no longo prazo, pois exigem adaptações e mudanças culturais, como já mencionado anteriormente.

Por fim, questionou-se os entrevistados quanto a percepção que os mesmos possuem com relação à importância de políticas de economia solidária para o desenvolvimento econômico local:

E1: A gente aposta todas as fichas nisso! A gente realmente acredita nisso...

Conclui-se que, a resposta dos entrevistados não concebe o conceito autêntico de economia solidária, pois os gestores apostam no fomento ao empreendedorismo local como estratégia de convivência com o semiárido, tendo em vista a sua capacidade de gerar renda para população.

Destaca-se, por fim, que, apesar de ser uma estratégia diferente da economia solidária, os efeitos das políticas anteriormente mencionadas podem ser extremamente positivos para o crescimento econômico da cidade, bem como para o seu desenvolvimento, embora os impactos ambientais possam ser maiores. Assim, na próxima seção deste estudo, serão apresentadas as considerações finais da autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo avaliar as estratégias de enfrentamento à seca e de convivência com o semiárido, no âmbito de uma cidade localizada no sertão da Paraíba, observando se a economia solidária é tida como uma alternativa pela gestão pública municipal. Para tanto, utilizou-se de uma metodologia qualitativa, do tipo descritiva, sob o apoio de um estudo de caso, para analisar as políticas públicas relativas ao tema deste trabalho, no município em questão.

Assim, com o auxílio da técnica chamada análise de conteúdo, estabeleceu-se três categorias para descrição dos resultados e esclarecimento do problema. Inicialmente, buscou-se apontar as políticas de enfrentamento que já são implementadas na realidade municipal. Convém lembrar que, por ações de enfrentamento ao semiárido, entende-se que são aquelas as quais possuem caráter emergencial, caracterizando-se como reativas e não proativas à realidade ocasionada pelos períodos de estiagem.

Nesse sentido, pôde-se observar que a gestão pública municipal tem investido, fortemente, em obras de infraestrutura para distribuição de água nas zonas urbana e rural do município. Dessa forma, construções de adutoras, perfurações de poços e instalações de caixas d'água no território citadino, têm sido os carros-chefes do atual governo.

Cabe destacar que o estímulo que levou a administração pública a elaborar e implementar projetos relativos a tais investimentos foi a estiagem que a região Nordeste vem enfrentando desde 2012. Considerada um dos maiores períodos de escassez hídrica nordestina, esta seca tem gerado o esvaziamento dos mananciais e, conseqüentemente, tem impactado a produção agropecuária de todo o território sertanejo.

As políticas de enfrentamento são importantes para resolução dos problemas sociais ocasionados pela seca. No entanto, tendo em vista o histórico de precipitação pluviométrica da região Nordeste, as autoridades públicas não deveriam ainda ser surpreendidas pela ocorrência das secas, mas sim, estar preparadas para a minimização ou eliminação dos seus impactos.

Dessa forma, esta postura reativa, embora seja indispensável na realidade da região, deveria ser menos constante na gestão pública de todo o semiárido, uma vez que a seca é um fenômeno frequente e cíclico. Cabe ressaltar ainda que os impactos provenientes destas ações podem ocasionar uma dependência da sociedade no que diz respeito aos auxílios governamentais, atribuindo, assim, ao Estado, uma imagem paternalista.

É importante destacar que, apesar do que foi dito anteriormente, é inegável os impactos que as políticas de enfrentamento geram na realidade dos sertanejos. O principal deles é o acesso à água que é indispensável para realização das atividades cotidianas das comunidades. Mas, além disso, a partir de tal disponibilização, diversos outros efeitos significativos tornam-se possíveis no município.

A produção agropecuária do território estudado tem sido fortemente impactada pela maior distribuição hídrica proposta pelas políticas de enfrentamento. Dessa forma, com o aumento das atividades agrícolas, a cidade tem percebido um acréscimo relativo na renda da população, o que é essencial para o crescimento econômico municipal.

Contudo, cabe ressaltar que estes resultados são consequência, não só das ações de enfrentamento, mas de uma junção de diversas políticas implementadas pela gestão pública. Além da questão hídrica, a administração tem buscado oferecer assistência técnica para população, por meio de pessoal qualificado na área da agronomia, bem como pela cessão de máquinas e equipamentos indispensáveis para o manejo da terra, medidas que podem auxiliar na redução de efeitos negativos à natureza.

Outro ponto que diferencia a gestão do município é a realização de licitações que priorizem aqueles que produzem na própria cidade, a fim de fomentar a economia municipal. A reunião de tais ações é fundamental para a geração de impactos significativos na promoção do desenvolvimento sustentado, uma vez que estimula a economia local.

Observa-se, assim, que, embora as políticas de enfrentamento tendam a gerar certa dependência da população frente aos auxílios do governo, a administração do município analisado tem buscado oferecer as ferramentas necessárias para que a sociedade construa sua própria renda, sem carecer tanto dos incentivos governamentais.

Por outro lado, é perceptível que a gestão pública municipal não tem oferecido à população políticas de convivência efetivas. Embora haja inúmeros projetos que visam, basicamente, o fortalecimento do empreendedorismo local, a maioria deles ainda se encontra no papel e necessita de fortes investimentos, não só do governo municipal, mas também do estado e da união.

De maneira geral, pode-se concluir que a administração pública municipal tem elaborado políticas que fomentam a população a empreenderem e gerirem seus próprios negócios. Assim, por meio de parcerias entre o Sebrae e outras organizações localizadas na região, projetos têm sido traçados nesse sentido, a fim de que a economia local cresça.

Infere-se, portanto, que tais políticas podem ser importantes para o convívio dos sertanejos com a realidade semiárida, tendo em vista que disponibilizam à população,

ferramentas para geração de renda e permanência no território nordestino. Logo, tais ações são capazes de levar o município ao crescimento e ao desenvolvimento local, desde que agregadas com outras políticas, como as educacionais e ambientais.

No entanto, no que diz respeito à economia solidária como estratégia de convivência com o semiárido, que é, especificamente, o foco deste trabalho, verificou-se que os gestores se equivocam naquilo que consideram como seu conceito. A ecosol propõe uma alternativa de produção ao sistema capitalista, na qual as organizações que se adequam a sua concepção, serão regidas por princípios como a autogestão e a solidariedade.

Já a administração pública municipal considera como economia solidária o fortalecimento econômico da cidade, o qual pode ser alcançado por meio do fomento ao empreendedorismo local e de projetos de desenvolvimento territorial, como é o caso dos arranjos produtivos locais, citado anteriormente.

É importante salientar, todavia, que o empreendedorismo e a economia solidária não são conceitos que se anulam. Na realidade, ambos podem caminhar juntos na construção de empreendimentos baseados nos princípios solidários e que adotem os modelos de cooperativas e associações, a fim de que a sociedade possa ter acesso a um mercado mais justo e equitativo.

Logo, para a resolução de tal obstáculo, cabe à gestão realizar adaptações nas políticas citadas em um momento anterior, no sentido de oferecer à sociedade não só a opção de um empreendedorismo convencional, pautado apenas no lucro individual, mas também a alternativa da economia solidária, a qual é baseada no lucro compartilhado e no crescimento sustentado.

Dessa forma, a economia solidária ainda não é tida como uma estratégia de convivência com o semiárido pela gestão pública do território estudado e que, atualmente, em função do longo período de estiagem que a região tem passado, a equipe administrativa do governo tem focado suas ações no desenvolvimento de ações de enfrentamento, a fim de solucionar o principal problema da população que é a escassez hídrica.

Entretanto, é importante que se faça menção ao processo de extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), iniciado no ano de 2016 e consolidado em 2019, ao transformar tal entidade em um simples departamento do Ministério da Cidadania. Tal medida pode tornar o incentivo à economia solidária, no município em questão (e em todo o Brasil), ainda mais difícil do que era em uma situação anterior.

Por se tratar de um município estratégico no Projeto de Integração do Rio São Francisco, é importante que a gestão agregue a esta política do governo federal os estímulos

necessários para que a sociedade volte a produzir e passe a conviver com o semiárido. Para tanto, a economia solidária deve ser considerada uma alternativa para que os efeitos de tão grande obra venham a beneficiar às minorias.

Algumas limitações foram encontradas durante a execução deste estudo, as quais consistiram, basicamente, no curto prazo para realização do estudo, fato que impediu a execução de um estudo mais completo. Por esta razão, os dados foram coletados apenas com os gestores, o que restringe, de certa forma, os resultados da pesquisa a uma visão reduzida do todo.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos com a população, a fim de verificar os impactos que as políticas de enfrentamento ao semiárido têm gerado na sociedade. Ademais, é essencial que trabalhos relativos à economia solidária na realidade sertaneja sejam desenvolvidos, com o objetivo de identificar até que ponto este modelo de produção pode ser uma alternativa para o desenvolvimento do sertão nordestino.

REFERÊNCIAS

- AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, 2015.
- ANDRADE, M. C. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1993.
- BAPTISTA, N. Q.; CAMPOS, C. H. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar. **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Editora IABS. Brasília-DF, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Edições 70. Lisboa, 2006. (Obra original publicada em 1977).
- BARROS, F. G. N.; AMIN, M. M. Água: um bem econômico de valor para o Brasil e o mundo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 1, 2008.
- BEZERRA, M. B. A crise hídrica como reflexo da seca: o Nordeste Setentrional em alerta. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 2, 2016.
- BEZERRA, N. F. Água no semiárido nordestino: experiências e desafios. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Água e desenvolvimento sustentável no Semi-Árido**. Fortaleza, Séries Debates nº 24, 2002.
- BRASIL. Agência Nacional de Águas. **Adução de água bruta e serviços públicos de irrigação**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/regulacao/outorga-e-fiscalizacao/servicos-de-irrigacao> (acesso em 05 FEV. 2018).
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA): Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. **Relatório de avaliação da execução de programa de governo Nº 81 Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco na Fase de Pré-Operação**. CGU, Brasília, 2017. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10679.pdf> (acesso em 27 ABR. 2019).
- CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 82, Dec. 2014.
- CAMPOS, J. N. B.; STUDART, T. M. C. Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções. In: INTER-AMERICAN DIALOGUE ON WATER MANAGEMENT, 4., 2001, Foz do Iguaçu. Anais... Foz do Iguaçu: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2001.
- CANÇADO, A.C. Gestão Social e Economia Solidária para além do mimetismo: outra gestão é possível? **Revista de Economia Solidária**, v. 10, 2016.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas. **Brasília: Ipea**, 2010.

CARVALHO, L. A.; ESPINDULA, D. H. P. Vozes da seca: representações da transposição do Rio São Francisco. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, 66 (1).

CASTRO, C. N. **Transposição do rio São Francisco: Análise de oportunidade do projeto**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

CERVO, A. L. **Metodologia Científica**. - 6. ed. - São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CONTI, I. L.; PONTEL, E. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Editora IABS. Brasília-DF, 2013.

COVER, M. “**Andar pelo mundo**” e “**morar no sítio**”: migração, trabalho e territorialidade de famílias de agricultores do sertão paraibano. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Campina Grande, 2015.

CRISPIM, A. B.; SOUZA, M. J. N.; QUEIROZ, P. H. B.; SILVA, E. V. A questão da seca no semiárido nordestino e a visão reducionista do Estado: a necessidade da desnaturalização dos problemas socioambientais. **AMBIENTE & EDUCAÇÃO-Revista de Educação Ambiental**, v. 21, n. 2, 2016.

CUNHA, L.H; PAULINO, J.S Convivência com o Semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, D.; GOMES, R.; LEAL, P. F (Orgs.) **Quadros institucionais em políticas públicas**. Campina Grande, Eduepb, 2014.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. - São Paulo: Atlas, 2017.

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova economia**, v. 18, n. 1, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n. 3, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e estado**, v. 16, n. 1-2, 2001.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, F. G. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **RAP** Rio de Janeiro 40(2):201-36, Mar./Abr. 2006.

GOMES, J. R. As políticas públicas e a economia solidária: a gestão social como ferramenta para a economia solidária. **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v.2.2, 2017.

GONÇALVES, C. D. B. **Impactos, conflitos e tensões do projeto de integração do Rio São Francisco no município de São José de Piranhas/PB**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.

GUTIERREZ, R. F.; ZANIN, M. A relação entre tecnologias sociais e economia solidária: um estudo de caso em uma cooperativa de catadores de resíduos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, 1 (1), outono de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **Brasil em síntese**: São José de Piranhas-PB. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-piranhas/panorama> (acesso em 05 ABR. 2019).

KLERING, L. R.; BERGUE, S. T.; SCHRÖEDER, C. S.; PORSSE, M. C. S.; STRANZ, E.; KRUEL, A. J. Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea. **Análise**, v. 22, n. 1, 2011.

LIMA, S. L.; BARBOSA, R. R.; SOUZA, W. G.; RIBEIRO, G. N.; FRANCISCO, P. R. M. **Uso de geotecnologias para o mapeamento temático dos IDHM's para a microrregião de Cajazeiras**. Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia. Fortaleza, 2015.

LIMA, T. V. P. C. **Os impactos da transposição do rio São Francisco na sua região de influência**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia). Universidade de Brasília, 2013.

LISBOA, A. M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 3, 2005.

LOUREIRO, M. R.; TEIXEIRA, M. A. C.; FERREIRA, A. M. Desenvolvendo Capacidades Estatais: Conflitos e Articulação de Interesses no Projeto de Integração do Rio São Francisco. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, vol. 12, núm. 28, 2014.

MALVEZZI, R. **Semiárido - uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MARENGO, J. A.; CUNHA, A. P.; ALVES, L. M. A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico. *[Article in Portuguese]*. **Climanálise**, v. 3, 2016.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

MEDEIROS, M. **A trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília, 2001.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html (acesso em 26 JAN. 2018).

NASCIMENTO, D. T. **Gestão Pública Sustentável nos municípios**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

OLIVEIRA, B. C. S. C M.; SANTOS, L. M. L. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, 2015.

PEREIRA, E. K. G.; OLIVEIRA, M. A.; GONÇALVES, A. F. Economia solidária e a sua contribuição para o semiárido nordestino. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 5, n. 2, 2015.

RAPOSO, J. G. **Banco comunitário de desenvolvimento Jardim Botânico: gestão social comunitária e desenvolvimento local**. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

REBOUÇAS, A. C. Água e desenvolvimento rural. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

ROLIM, M. E. C. S. **Resgate cultural da cidade de São José de Piranhas - PB**. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares). Universidade Estadual da Paraíba, Pró-reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à distância, 2014.

ROSA, E. P. **Políticas Públicas de economia solidária no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2013.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2 ed. - São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, E. C.; GIL, A. C.; OKABAYASHI, S. C. S. Competências na gestão pública: uma avaliação dos servidores públicos do Grande ABC paulista. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**. Pernambuco: UFPE, v.V, n. 1, 2014.

SILVA, J. F.; NOBRE, F. W. O discurso da seca e da crise hídrica: uma análise do Cinturão das Águas do Ceará. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 7, Edição Especial, 2016.

SILVA, J. M.; GURGEL, I. G. D.; SANTOS, M. O.; GURGEL, A. M.; AUGUSTO, L. G. S.; COSTA, A. M. Conflitos ambientais e as águas do rio São Francisco. **Saúde Soc**. São Paulo, v.24, n.4, 2015.

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.18, n.1/2, 2003.

SILVEIRA, D.T.; CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. In: Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SINGER, P.; SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. **O Brasil sem miséria** – Brasília: MDS, 2014.

SOUSA, J. A.; RIBEIRO, E. Transposição do Rio São Francisco e seus efeitos sobre o território. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. 2014, Vitória - ES. **Anais...** Vitória, ES, 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, 2006.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2008.

SUASSUNA, João. As águas do Nordeste e o projeto de transposição do rio São Francisco. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 227, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2017.

VELOSO, J. F. A.; MONASTERIO, L. M.; VIEIRA, R. S.; MIRANDA, R. B. Uma visão inicial dos subsistemas da gestão pública municipal. **Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. Brasília, DF: Ipea, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damascena. - 4. ed. - Porto Alegre : Bookman, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO ENTREVISTA I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ENTREVISTADO: _____

CARGO: _____

TEMPO DE OCUPAÇÃO DO CARGO: _____

1. Quais os principais desafios que a gestão pública tem enfrentado com os efeitos da seca no município?
2. Quais são as ações que o poder público tem implantado para a redução dos efeitos da escassez hídrica tanto no município quanto nas vilas produtivas rurais?
3. Qual foi o papel exercido pela prefeitura no desenvolvimento das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco e na construção das vilas produtivas rurais?
4. Na perspectiva do gestor público, quais foram os principais impactos, positivos e negativos, que o PISF gerou para a comunidade local, considerando o desenvolvimento sustentável (a economia, a sociedade e a natureza)?
5. Como/Qual é a participação da administração pública na manutenção das vilas hoje?
6. Quais as ações desempenhadas para o desenvolvimento social, ambiental e econômico nas VPRs? E os efeitos que essas ações têm gerado?
7. Existem políticas públicas direcionadas para as VPRs com o objetivo de promover o bem-estar coletivo da população local?
8. Qual a percepção que o gestor público possui acerca da economia solidária? (levando em consideração a capacidade que a mesma possui para a melhoria do desenvolvimento econômico, social e ambiental).
9. Há alguma ação ou política pública implementada pela gestão que estimule a promoção da economia solidária nas VPRs? Se sim, quais são elas e quais os benefícios que as mesmas geram para o desenvolvimento das VPRs? Se não, por qual motivo não existem?
10. Existe alguma perspectiva de ampliação (se já existem) ou de implementação (caso não exista) de políticas públicas para a promoção da economia solidária nas VPRs?
11. Quais os principais desafios encontrados pela gestão na implantação das práticas solidárias/cooperativas nas VPRs e no município?

12. Existe algum órgão/departamento no município responsável pela elaboração e implementação das ações de economia solidária? Se sim, como se dá o processo de participação dos atores envolvidos nesses empreendimentos para a tomada de decisão?
13. Como os princípios da economia solidária (cooperação, autogestão, ação econômica e solidariedade) são promovidos dentro do contexto municipal e rural (VPR)?

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA II**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

ENTREVISTADO: _____

CARGO: _____

TEMPO DE OCUPAÇÃO DO CARGO: _____

1. Atualmente, quais são as políticas de enfrentamento à seca que são implementadas no município?
2. Quais são os principais efeitos dessas políticas na vida dos munícipes (estímulo à agricultura ou outra forma de obter renda? Qualidade de vida? Desenvolvimento humano)?
3. Você acredita que essas políticas têm forte impacto no desenvolvimento socioeconômico municipal (zona urbana e rural)?
4. E quanto às vilas produtivas rurais? Existem políticas específicas para o enfrentamento à seca nesse espaço? Se sim, como elas estão contribuindo para o desenvolvimento local e para qualidade de vida das pessoas?
5. Como está estruturada a política pública de apoio à economia solidária no seu município?
 - a. Existe um plano geral do órgão/secretaria/diretoria ou equivalente? Se existe, descreva suas estratégias e diretrizes, programas e ações?
 - b. Existe um ou mais programas? Se existem, descreva cada um deles e quais seus objetivos.
 - c. Existem ações, projetos, ou atividades? Descreva cada uma delas e quais seus objetivos.
6. Existe uma legislação que organiza a política de apoio à economia solidária? Se existe, qual?
7. Existe alguma articulação institucional com outros órgãos deste governo (municipal) no desenvolvimento dos programas/ações de apoio à economia solidária? Se existem, qual(is) e com qual(is) finalidades?
8. Existe alguma política direcionada ao estímulo da economia solidária? Se sim, quais e como funcionam? Se não, quais os desafios a serem enfrentados?
9. Caso existam, como você avalia o impacto dessas políticas nas VPR's?

10. Caso existam, em qual contexto elas surgiram? (qual foi o estímulo que levou o governo a implementar essa decisão?)
11. Qual sua percepção acerca de economia solidária para o desenvolvimento econômico municipal/das vilas?